

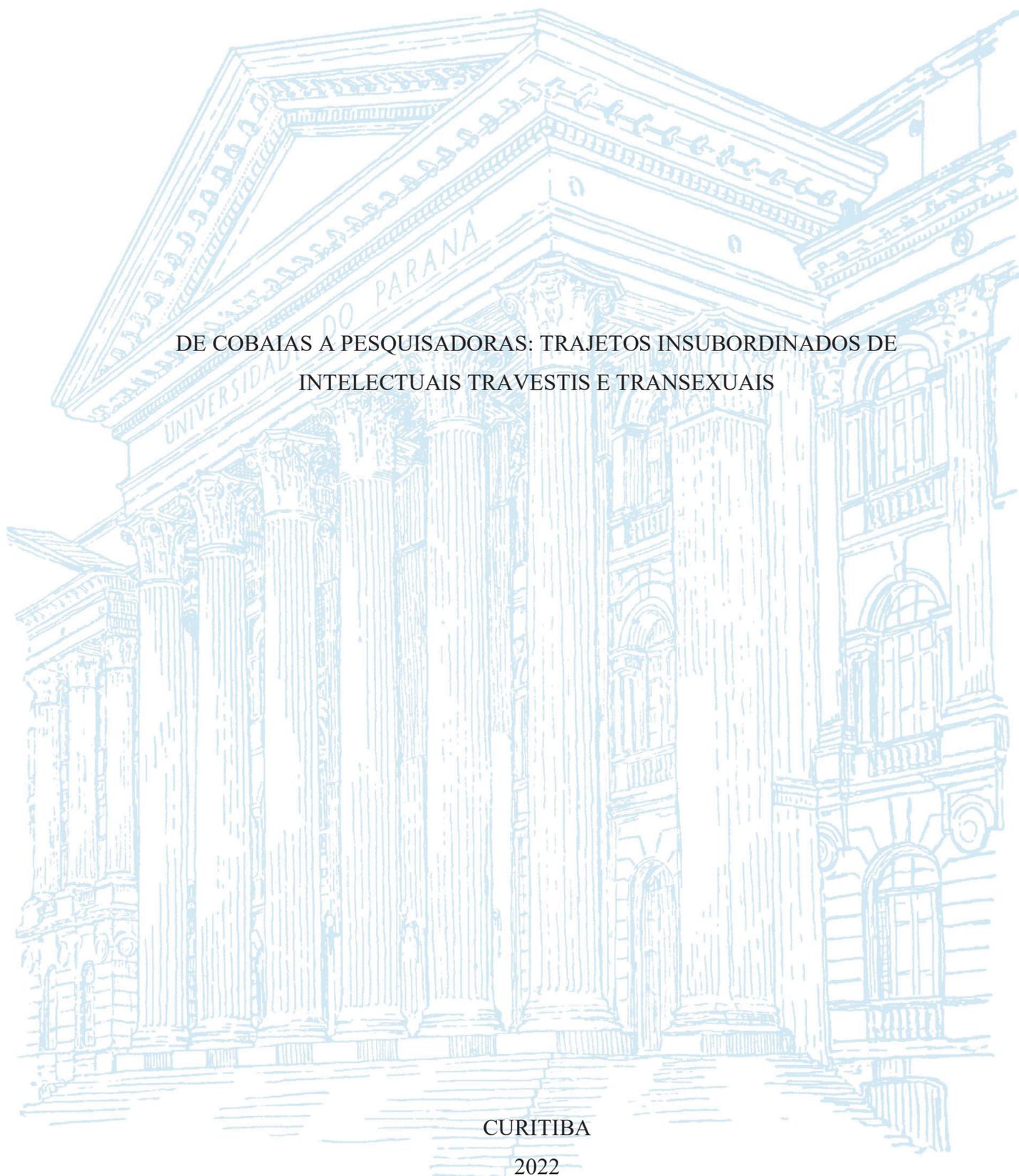
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISIS LENOAH ORTIZ

DE COBAIAS A PESQUISADORAS: TRAJETOS INSUBORDINADOS DE  
INTELECTUAIS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

CURITIBA

2022



ISIS LENOAH ORTIZ

DE COBAIAS A PESQUISADORAS: TRAJETOS INSUBORDINADOS DE  
INTELECTUAIS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Texto de defesa de dissertação apresentado ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira

CURITIBA

2023

.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Ortiz, Isis Lenoah.

De cobaias a pesquisadoras : trajetos insubordinados de intelectuais travestis e transexuais / Isis Lenoah Ortiz – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Megg Rayara Gomes de Oliveira

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Travestis. 3. Transexuais. 4. Mulheres transgênero. 5. Genealogia. I. Oliveira, Megg Rayara Gomes de. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ISIS LENOAH ORTIZ** intitulada: **DE COBAIAS A PESQUISADORAS: TRAJETOS INSUBORDINADOS DE INTELLECTUAIS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**, sob orientação da Profa. Dra. MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica  
21/10/2023 10:35:24.0  
MEGG RAYARA GOMES DE OLIVEIRA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
23/11/2023 15:10:25.0  
LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA )

Assinatura Eletrônica  
04/10/2023 11:02:30.0  
MARIA RITA DE ASSIS CESAR  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
31/10/2023 14:03:29.0  
LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

O salto é político também. Quando eu vou para a universidade, eu não vou de rasteirinha de jeito nenhum. Tem que ir de salto, porque eu quero que as pessoas saibam que eu tô chegando. Eu não entro pedindo licença mais, eu entro fazendo toc toc, fazendo barulho.

(Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2019)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o deslocamento feito por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, no espaço acadêmico, saindo da condição de objetos de estudo para se tornarem pesquisadoras. Para tanto, buscou-se estabelecer aproximação entre diversas áreas do conhecimento, como os estudos das relações étnico-raciais, os estudos de gênero e diversidade sexual, os estudos feministas, o transfeminismo, estudos decoloniais e o movimento social de travestis e mulheres transexuais. Desse modo, o trabalho se caracteriza por uma ampla pesquisa bibliográfica, procurando identificar em vários períodos da história do país, a presença de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, com formação acadêmica/escolar ou não, consideradas aqui produtoras de conhecimento científico, deslocadas de uma visão cristalizada e reducionista, muitas vezes, associada ao espaço acadêmico. A metodologia foi dividida em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica e outra fazendo a análise de três trabalhos acadêmicos de pós-graduação, sendo duas teses (com defesas em 2012 e 2017, respectivamente) e uma dissertação (com defesa em 2015), como parte de um planejamento metodológico consciente e informado.

Palavras-chave: Travestis; Mulheres Transexuais; Decolonialidade; Genealogia.

## ABSTRACT

This research aims to comprehend the journey undertaken by Black and White transsexual women and travestis within the academic space, from being subjects of study to becoming researchers. To achieve this, an interdisciplinary approach was adopted, bridging various fields of knowledge, including ethnic-racial studies, gender and sexual diversity studies, feminist studies, transfeminism, decolonial studies, and the social movements of transsexual women and travestis. Consequently, this work is characterized by an extensive literature review, aiming to trace the presence of academically trained and non-trained Black and White transgender women and travestis throughout different periods in the country's history, recognizing them as producers of scientific knowledge, shifting away from a crystallized and reductionist perspective often associated with the academic environment. The methodology was divided into two stages: a comprehensive literature review and the analysis of three postgraduate academic works, comprising two theses (defended in 2012 and 2017, respectively) and one dissertation (defended in 2015), as part of a deliberate and informed methodological plan.

Keywords: Travestis; Transsexual Women; Decoloniality; Genealogy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IVANÁ NO TEATRO DE REVISTA.....	46
Figura 2 - GILDA DE ABREU .....	47
Figura 3 - MARCINHA DA CORINTHO EM ENSAIO FOTOGRÁFICO .....	49
Figura 4 - WELLUMA BROWN ENTRE AS CHACRETES.....	50
Figura 5 - RUDDY PINHO SORRINDO .....	51
Figura 6 - ELOÍNA E OS LEOPARDOS .....	53
Figura 7 - ELOÍNA DOS LEOPARDOS NA SÃO PAULO FASHION WEEK DE 2022 ....	54
Figura 8 - JOVANNA BABY (1983 EM VITÓRIA - ES).....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Humana
ANTRA	- Associação Nacional De Travestis E Transexuais
ASTRAL	- Associação de Travestis e Liberados
BBB	- Big Brother Brasil
ENTLAIDS	- Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS
FONATRANS	- Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
GGB	- Grupo Gay da Bahia
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
ISER	- Instituto de Estudos da Religião
MHB	- Movimento Homossexual Brasileiro
RENATA	- Rede Nacional de Travestis
RENTAL	- Rede Nacional de Travestis e Liberados
SPFW	- São Paulo Fashion Week
TGEU	- Transgender Europe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1: TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NAS PESQUISAS .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 2: UM PANORAMA SOBRE A EXISTÊNCIA DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NA HISTÓRIA, NO IMAGINÁRIO SOCIAL E NA VIVÊNCIA COTIDIANA .....</b>	<b>34</b>
1.1 TRANSCESTRALIDADE: NOSSA HISTÓRIA E O RESGATE PELAS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS: XICA MANICONGO VIVE! .....	40
1.1.1 Século XVI ao Século XIX.....	41
1.1.2 Século XX.....	45
1.2 MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS.....	55
<b>CAPÍTULO 3: TRAVESTIS E MULHERES TRANS FORÇAM A ENTRADA.....</b>	<b>61</b>
1.3 ESTAMOS EM DISPUTA: PESQUISAS E CONTEXTOS .....	62
1.3.1 Travestis na Escola: um marco na produção travesti .....	63
1.3.2 Cisgeneridade: um conceito transformador .....	68
1.3.3 Nos chamam de diabo pois atormentamos a norma.....	72
1.4 O INCOMODO SEGUE, E SEGUIMOS INCOMODANDO .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

*Muito prazer, eu sou a nova Eva  
 Filha das travas, obra das trevas  
 Não comi do fruto do que é bom e do que é mal  
 Mas dichavei suas folhas e fumei a sua erva  
 Muito prazer, a nova Eva  
 (Linn da Quebrada - Quem Soul Eu?)*

Descobri muito cedo que o que interessa de mim as pessoas é o que elas decidem enquanto importante na minha existência, e pensar em me construir de forma autônoma, através dos meus referenciais, da minha trajetória e do que eu considero importante, sempre me pareceu distante.

Existir em grupos sociais, como na escola, sempre me pareceu uma experiência estranha, pois não importava o grupo, a sensação de deslocamento e de solidão sempre me envolveu. Venho de Guarapuava, uma cidade no interior do Paraná, hegemonicamente branca e cristã, na qual o controle da prefeitura e da câmara segue há décadas na mão das mesmas famílias, conservadoras, brancas, cisgêneras. Na escola, me relacionar com meninos nunca me pareceu simples, mas entre as meninas eu me sentia como o patinho feio. Assim como na história infantil, eu só não sabia ainda que iria crescer e me tornar um cisne.

Durante o ensino médio e o início da faculdade, essa sensação ainda me perseguia, pois mesmo construindo amizades com pessoas lésbicas, gays e bissexuais, ainda assim eu não era como elas e eles. Foi ao descobrir a existência de pessoas ‘transgênero’<sup>1</sup>, nesse momento me refiro assim, pois foi o primeiro termo que conheci, que pude me reconhecer enquanto alguém no mundo. Conheci youtubers e pessoas que compartilham suas vivências nas redes sociais, e assim o sentimento de deslocamento foi começando a dar espaço para um sentimento de pertencimento. O que descobri com essas pessoas é que nós existimos, e sofremos muito devido a sociedade na qual vivemos, estabelecida em bases normativas que só reconhecem corpos cis-heteronormativos enquanto possíveis de existir.

Em um primeiro momento, a sensação de pertencimento dividia espaço com uma tristeza que vinha da ideia de que eu jamais seria feliz, mesmo tendo a certeza de quem eu

---

<sup>1</sup> Conceito importado dos Estados Unidos. Nos EUA, esse termo apagou definitivamente a identidade Transvestite, reivindicada inclusive pelas militantes e líderes Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera.

sou. Os índices de violência, as narrativas de sofrimento e os espaços demarcados historicamente para nós travestis e mulheres transexuais, me fizeram acreditar que só temos uma história<sup>2</sup>, e um futuro.

O ponto de virada na minha vida aconteceu há pouco tempo atrás, ao ter tido contato mais profundo com a produção acadêmica de travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, como Megg Rayara e Leticia Nascimento, e ter conhecido produções audiovisuais engajadas em trazer nossas histórias à tona, a partir de uma perspectiva de que a vida de travestis e mulheres transexuais, apesar de serem atravessadas pela violência, são também histórias sobre afeto, sobre comunidade, sobre beleza, sobre arte, sobre resistência. Ressalto aqui a importância dessas produções, que possibilitam que nossas histórias possam ser contadas/interpretadas por nós mesmas, travestis e mulheres transexuais.

As séries de TV *Pose*, de Ryan Murphy, que foi ao ar em 2018, e *La Veneno*, de Javier Calvo e Javier Ambrosi, ao ar em 2020, são duas produções que me tocaram profundamente.

*Pose* é uma série ficcional que se passa na década de 80, nos Estados Unidos, e é ambientada na cena dos Bailes, conhecida como *Ballroom*, na qual pessoas negras e latinas, sendo elas gays, lésbicas e pessoas transexuais, encontravam na companhia de seus pares e nos desfiles temáticos, a sensação de pertencimento que faltava, em uma sociedade que rejeitava suas existências e as limitava à marginalidade<sup>3</sup>. O elenco principal da série é constituído em sua maioria de mulheres transexuais negras e/ou latinas, entre elas as atrizes MJ Rodriguez<sup>4</sup>, Dominique Jackson<sup>5</sup>, Indya Moore<sup>6</sup> e Angelica Ross.

A cultura *Ballroom* é um exemplo de fortalecimento e de resistência em comunidade. A população homossexual e transexual negra estadunidense se encontrava em uma época bastante hostil, principalmente por conta da epidemia de HIV/AIDS e o estigma imenso que se construía pela sociedade cisgênera e heterossexual estadunidense, além de viverem em um país que, mesmo depois da instituição da Lei dos Direitos Civis<sup>7</sup>, na década de 1960, o

---

<sup>2</sup>Sobre o perigo da história única e a violência contra corpos trans, ler o capítulo 1.

<sup>3</sup>Sobre a cena ballroom, indico o documentário Paris is Burning, disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mBVBipOl76Q&ab\\_channel=FelipeCavalcante](https://www.youtube.com/watch?v=mBVBipOl76Q&ab_channel=FelipeCavalcante)>

<sup>4</sup>Atriz e cantora estadunidense, ganhadora do Globo de Ouro, em 2022, por seu papel em Pose.

<sup>5</sup>Modelo, atriz e escritora estadunidense, conhecida por seu papel em Pose, American Gods e American Horror Stories.

<sup>6</sup>Modelo e atriz estadunidense, conhecida por seu papel em Pose, e considerada pela revista Time, uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, em 2019.

<sup>7</sup>O país, até a década de 1960, seguia leis de segregação racial, as quais definiam direitos, práticas e locais para negros e brancos separadamente, a exemplo de banheiros, ônibus e escolas segregadas. A segregação era também institucionalizada, afetando diretamente direitos da população negra. É importante lembrar que,

pensamento racista e segregacionista seguia forte. Por isso, eram poucos os espaços nos quais as vivências dessas sujeitas e sujeitos não se resumiam ao vírus/doença.

A série biográfica *La Veneno*, conta a história de Cristina Ortiz Rodriguez, mais conhecida como La Veneno, uma atriz, cantora e personalidade televisiva muito famosa na Espanha.

Cristina Rodriguez passou a ser conhecida depois de uma reportagem de uma TV local, que gravou parte da realidade de travestis e mulheres transexuais na prostituição, nos anos 90, no *Parque Del Oeste*, localizado em Madrid. A série é baseada em um livro publicado em 2016, “Ni Santa, Ni Puta. Las Memorias de La Veneno”, escrito por Valeria Vargas, também mulher transexual. Cristina foi um símbolo para as travestis e mulheres transexuais da época, pois sua presença na televisão se diferenciava da realidade de outras sujeitas como ela, que em sua maioria se encontravam em situações vulneráveis e recorriam à prostituição como uma possibilidade de sobrevivência e de sustento. Cristina La Veneno possibilitou um vislumbre de outro futuro possível. A realidade espanhola apresentada na série se aproxima em alguns aspectos com a vivência de sujeitas brasileiras, que começaram suas carreiras na televisão, em programas de auditório.

Essa produção se destaca pelo elenco majoritário de travestis e mulheres transexuais, e também por proporcionar a algumas das travestis que fizeram parte da vida de Cristina Ortiz, um espaço para contarem suas próprias histórias, enquanto atrizes da série. Cito aqui seus nomes: Isabel Torres, Jedet Sánchez e Daniela Santiago, como La Veneno em várias fases da vida, Paca La Piraña e Juani Ruiz, amigas pessoais de Cristina em vida, interpretando elas mesmas, Lola Rodrigues como a escritora Valeria Vargas, e Desirée Rodrigues interpretando Paca La Piranã em sua juventude

Essas duas séries foram essenciais para a construção de um sentimento de pertencimento em mim, que veio ao reconhecer que faço parte da história que personagens como Blanca Evangelista e Elektra Wintour de Pose, e Cristina La Veneno e Paca La Piraña (e essas duas enquanto personalidades que existiram realmente), e que nossas vivências se aproximam em diversos aspectos. As violências e os silenciamentos nos aproximam, mas as experiências de fortalecimento e reconhecimento em comunidade, a escolha do nome, a experiência do encontro com nossos pares e a construção de uma autoestima referenciada por pessoas que são como nós, são símbolos de resistência e fazem também parte de nossas vidas.

---

mesmo com a Lei dos Direitos Civis, que proibia a discriminação racial, o país segue sendo culturalmente influenciado pelos ideais racistas.

As duas séries que referencio aqui são produções de outros países, que me inspiraram a buscar a realidade não televisionada, e que era vivida por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, brasileiras. Esse acesso a referenciais é necessário para a normalização de existências que fujam da cis-heteronormatividade branca, e é importante que faça parte da realidade durante toda a vida.

A escola onde concluí a educação básica, por exemplo, não me possibilitou o acesso a materiais, didáticos, paradidáticos literários ou informativos, dentre outros, que apresentassem diferentes possibilidades de ser e estar no mundo e tudo que passei a aprender, foi a partir de um processo educativo que se deu em contextos para além dos espaços de educação formal.

A escola, ainda tenham um papel importante, como produtora e difusora de conhecimento, não aborda as demandas identitárias, especialmente de raça e de gênero, no currículo, bem como nos materiais didáticos e de apoio<sup>8</sup>, o que faz com que alunas e alunos que não se identifiquem dentro da lógica branca, heterossexual e cisgênera, sigam sendo rejeitadas e rejeitados, sofrendo represálias ao se proporem a viver suas realidades dentro desse espaço.

Conheci a história do movimento social organizado de travestis e mulheres transexuais, desde a resistência à ditadura, passando pela criação da Associação de Travestis e Liberados (Astral), que veio a se tornar a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que ainda é escrita por pessoas como Luma Nogueira Andrade, a primeira travesti doutora do país, Érika Hilton, travesti e vereadora mais votada de São Paulo<sup>9</sup>, Lina Pereira, cantora conhecida como Linn da Quebrada, participando do maior reality show brasileiro, o Big Brother Brasil (BBB), e Megg Rayara Gomes de Oliveira, a primeira travesti negra doutora do Brasil. É nesse contexto de conquistas e de apropriação de espaços e posições, que apresento neste trabalho uma possibilidade de falar sobre nossas potências e de nossas histórias, para além da violência já estabelecida aos nossos corpos, como a única história possível.

Relembro aqui os nomes de algumas das nossas companheiras, as que se foram e as que estão conosco, as que resistiram mas tiveram suas vidas ceifadas pela transfobia e as que lutam contra as estatísticas e seguem firmes na luta, às que pavimentaram e as que ainda pavimentam o caminho pra todas nós, e para todas as que virão depois:

---

<sup>8</sup> Indicar quais materiais

<sup>9</sup><https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/02/19/a-mesa-com-o-valor-erika-hilton-vereadora-mais-votada-do-brasil-promete-ir-alem-das-causas-trans-e-negra.ghtml>

Jovanna Cardoso, Dandara dos Santos, Keila Simpson, Indianare Siqueira, Luma Nogueira Andrade, Janaina Dutra, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Keron Ravache, Leticia Nascimento, Lina Pereira, Paolla Bueno, Brenda Lee, entre outras que me inspiram e me fortalecem na luta e na resistência. Espero honrar o nome de cada uma carregando seus legados, suas esperanças e seus sonhos. Entre essas travestis e mulheres transexuais, encontram-se pesquisadoras que me inspiram e que me fortalecem como referencial teórico deste trabalho.

Escrevo esse trabalho enquanto uma jovem transexual, branca, bissexual, nascida e criada em uma cidade do interior do Paraná chamada Guarapuava, que possui aproximadamente 160.000 habitantes<sup>10</sup>, que pôde em certos períodos da vida, gozar de privilégios que não são parte da norma para sujeitas como nós, como o acesso à educação, a saúde e ao lazer, assegurados por uma família que na medida do possível, sempre me possibilitou viver e experimentar o mundo. Esses privilégios me possibilitaram acessar o espaço acadêmico, e nesse pude conhecer novas realidades e novas perspectivas. Comecei minha transição no terceiro ano de faculdade, e tive também o apoio de minhas amigas e meus amigos, de minhas professoras e de meus professores.

Reconheço aqui também, que apesar de ocupar espaços que me asseguraram uma certa estabilidade, para que eu pudesse vivenciar minha identidade, não me vi isenta de violências, de silenciamentos e de abusos. Nesse aspecto, pude perceber o quão sofisticada se torna a transfobia na universidade, e como ela se disfarça dentro dos discursos acadêmicos, baseados em uma falsa ‘neutralidade’. Uma neutralidade que privilegia corpos que já tem seu espaço muito bem estabelecido dentro da universidade, representados por corpos de homens brancos cisgêneros heterossexuais, e que busca excluir e expulsar corpos como negros, transexuais e travestis, com deficiência, entre outras categorias não hegemônicas, que resistem e ocupam esse mesmo lugar.

Por esse contexto privilegiado, me sinto na obrigação de utilizá-lo de forma a contribuir, dentro do que me parece possível no momento, para a nossa história, e levar comigo, nos espaços que tive a possibilidade de alcançar, os nomes e os corpos de todas as que me antecederam, e as que vivem comigo nesse mundo, mas não puderam estar ao meu lado.

No espaço acadêmico, pude conhecer a produção de travestis e mulheres transexuais pesquisadoras, e suas contribuições para o campo do gênero, das relações étnico-raciais, dos

---

<sup>10</sup> Dado do IBGE, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama>>

estudos *Queer*, da Educação, e para os estudos sociais no geral. Nomes como Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR), Leticia Nascimento (UFPI), Viviane Vergueiro Simakawa (UFBA), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ e FIOCRUZ), Lua Lamberti de Abreu (UEM) e Luma Nogueira Andrade (NILAB) foram parte essencial nos meus estudos e influenciaram de maneira direta as minhas perspectivas pessoais e também como pesquisadora.

Essas autoras fazem parte de um movimento de ocupação do espaço acadêmico por travestis e pessoas trans, por décadas relegadas a objetos<sup>11</sup> de pesquisa em trabalhos de pessoas cisgêneras heterossexuais e brancas e agora assumindo o papel de pesquisadoras e intelectuais, a partir de suas próprias experiências e visões.

O marco de início desse movimento no Brasil, e que é um símbolo da nossa presença e produção na academia, é a defesa de doutorado de Luma Nogueira Andrade, em 2012. A tese intitulada *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*, traz uma nova perspectiva para os trabalhos que se propõe a tratar das questões relacionadas a população de travestis e de mulheres trans, principalmente por se tratar de um trabalho produzido por uma pesquisadora travesti.

Além disso, a pesquisadora ainda traz travestis não como objetos de pesquisa, mas como interlocutoras, em uma busca por um diálogo horizontalizado, facilitado pela identidade dividida entre pesquisadora – interlocutoras.

Com essas interlocutoras, Luma apresenta novas possibilidades de ser e estar no mundo enquanto travestis, inclusive em espaços hostis, para travestis, mulheres e homens trans, como a escola.

Luma nos informa que

As travestis que pesquisei se autoconstruíram em outro contexto, em cidades de pequeno e médio porte e distritos (zona rural). Locais estes em que, mesmo onde há pontos de prostituição, como em Russas, no posto de combustível localizado na BR-116, as jovens travestis se negam a comercializar seus corpos. Distantes desses espaços, a escola e/ou o trabalho passam a ser os lugares onde elas se socializam com as pessoas de sua comunidade, mesmo tendo de enfrentar algumas dificuldades que apresento nos próximos capítulos (ANDRADE, 2012, p. 91).

Ao apresentar suas interlocutoras, a autora nos mostra que existem novas possibilidades de se reconhecer e de se constituir enquanto travesti fora da prostituição.

---

<sup>11</sup> As experiências de vida de travestis e mulheres transexuais na sociedade brasileira passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência a partir da década de 1990. É, no entanto, após os anos 2000 que esses estudos passaram a ter maior visibilidade e despontaram como temática central em pesquisas brasileiras (Marília dos Santos AMARAL, Talita Caetano SILVA, Karla de Oliveira CRUZ, Maria Juracy Filgueiras TONELI, 2014).

Em relação a isso, é possível perceber também que a escola viabiliza a socialização para essas sujeitas. Muitas travestis e mulheres transexuais encontram na educação uma possibilidade de recomeço. Um espaço que, embora opere para reiterar normas de raça e de gênero, possibilita pensar em diferentes futuros.

Apresento aqui, algumas escolhas, que considero movimentos políticos, já proposto por outras pesquisadoras, em resposta às normativas acadêmicas: na primeira vez em que as autoras forem citadas, serão citados seus nomes completos, como uma proposta de reconhecimento da produção de mulheres pesquisadoras (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020a, p. 17). Faço a escolha também de utilizar artigos e pronomes femininos, também como forma de dar visibilidade a pesquisadoras cis e trans.

Utilizo também o termo ‘sujeita’ em oposição ao termo sujeito, como reconhecimento da falha machista que a língua portuguesa carrega, de que a neutralidade da língua é sempre masculina, e como subversão de um certo prestígio linguístico, muito caro à academia.

Essa decisão é inspirada por Grada Kilomba, que em *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*, faz a escolha de utilizar termos em português que não permitem variações de gênero e não abarcam existências que vão além do masculino (enquanto identidade e enquanto referencial de [falsa] neutralidade da língua), como ‘sujeito’, ‘objeto’, ‘outro/outra’, em itálico, como forma de denúncia a essa falha na língua portuguesa<sup>12</sup>.

No caso de Kilomba, pela ineficiência da língua e a impossibilidade de variação de gênero, ela escolhe utilizar os termos em itálico. Eu me arrisco aqui a utilizar o termo ‘sujeita’, mesmo sendo considerado ‘incorreto’ e ‘impossível’ pela gramática normativa.

Segundo a autora:

A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana (Grada KILOMBA, 2021, p.14)

Em outras palavras, as escolhas lexicais que fazemos tem impacto direto no que nos propomos a dizer, e podem perpetuar violências e silenciamentos. Por isso, é importante que estejamos sempre atentas ao que falamos e escrevemos.

---

<sup>12</sup> “A língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete seus valores, suas pretensões, seus preconceitos” (Simone de Beauvoir).

Dado o exposto, a pergunta que conduz essa pesquisa é a seguinte: De que maneira ocorre o deslocamento feito por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, no espaço acadêmico, saindo da condição de “objetos” de pesquisa para se constituírem enquanto intelectuais?

O objetivo geral deste trabalho é compreender o deslocamento feito por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, no espaço acadêmico, saindo da condição de objetos de pesquisa para intelectuais.

Por sua vez, os objetivos específicos são:

- Elencar algumas pesquisas feitas por travestis e mulheres transexuais, a título de mestrado e/ou doutorado.

- Pesquisar sobre a conjuntura sócio-política, econômica e cultural na qual se encontrava o país, no período no qual as pesquisas foram produzidas, procurando fazer um paralelo entre o contexto da época e os trabalhos (em seu tema, suas referências e propostas).

- Buscando assim, discutir sobre a importância desses e outros trabalhos acadêmicos na produção de rupturas de pensamentos normativos, dentro e fora da universidade.

Esta pesquisa, então, procura estabelecer aproximação entre diversas áreas do conhecimento, como os estudos das relações étnico- raciais, os estudos de gênero e diversidade sexual, os estudos feministas, o transfeminismo, estudos decoloniais e o movimentos social de travestis e mulheres transexuais. Sendo assim, se caracteriza por uma ampla pesquisa bibliográfica, procurando identificar em vários períodos da história do país, a presença de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, com formação acadêmica/escolar ou não, e a importância das produções feitas por essas sujeitas, no contexto no qual foram escritas.

A metodologia será dividida em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica e outra fazendo uma análise de três trabalhos de pós-graduação, sendo uma dissertação e duas teses, como parte de um planejamento metodológico consciente e informado. Isto porque, por trás de uma escolha técnico-instrumental, há o enquadramento da pesquisa em um paradigma científico, que oferece a pesquisadora contornos e definições a respeito do tipo de problema que é possível investigar.

A análise dos trabalhos em questão visa apresentar um panorama da produção acadêmica de travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, na última década, a partir de 2010, e a relevância desses materiais enquanto produtos de questionamentos e de análises feitas por travestis e mulheres transexuais, a partir de seus pontos de vista. Além disso, analisar o contexto de produção desses trabalhos é importante pois demonstra a conjuntura na

qual pesquisadoras trans se encontram desde sempre: a da disputa, da conquista de espaços, e da luta pela tomada de protagonismo.

Escolho o ano de 2010 enquanto ponto de partida pois é a partir desse período que as discussões sobre a existência de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, passam a se tornar mais fortes, em vários âmbitos. Na legislação, por exemplo, a nível nacional, temos a portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que garante o uso do nome social aos usuários. Outra portaria, a de nº 233, de 18 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assegura a servidoras e servidores públicos, transexuais e travestis, no âmbito da Administração Pública Federal, o uso do nome social. É nesse mesmo período, em 2008, que é instituído o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), inicialmente por meio das portarias nº 1.707 e nº 457, do Ministério da Saúde.

A nível estadual, no Paraná, também tivemos avanços na legislação. A resolução nº 188, de 08 de março de 2010, da Secretaria de Saúde do Paraná (SESA), dispõe sobre a inclusão do nome social de transexuais e travestis nos registros relacionados a serviços públicos. Já a Orientação Pedagógica nº 001, de 08 de novembro de 2010, da Secretária da Educação do Paraná (SEED), regulamenta o nome social das e dos estudantes maiores de 18 anos nos registros internos na rede de ensino. Outros documentos oficiais da legislação nacional e estadual podem ser consultados no site do Ministério Público do Paraná<sup>13</sup>.

Para a compreensão dos temas propostos, se faz essencial o aprofundamento nas perspectivas transfeministas, decoloniais, e do feminismo negro, e como essas reflexões e produções se configuram como processos educativos, permitindo a construção de novas epistemologias.

Esses processos educativos, como afirma Nilma Lino Gomes (2017), se dão não apenas no âmbito institucional da educação (escolas e universidades), mas também nas relações que também são pedagógicas, dentro dos movimentos sociais e grupos populares, que estão para além das paredes das instituições. Para ela, esses espaços de formação humana são cheios de dinamismo e também de tensionamentos (Nilma Lino GOMES, 2017).

O trabalho está dividido em 4 capítulos: O primeiro capítulo expõe o percurso teórico realizado para que a pesquisa fosse possível, apresentando as principais perspectivas teóricas que embasam esse trabalho, e seus conceitos mais importantes: transfeminismo, feminismo negro e decolonialidade, além de discutir sobre a presença de travestis e mulheres transexuais,

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/direito/Pagina/Nome-Social>>. Acesso em: 09/09/2023

negras e brancas, na pesquisa. No segundo capítulo, proponho um panorama geral sobre a existência de travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, na história brasileira, no imaginário social e na sociedade atual. O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar e três trabalhos de pós-graduação, sendo uma dissertação e duas teses, produzidos por pesquisadoras travestis e transexuais, negras e brancas, e analisar os contextos de produção de cada uma.

## CAPÍTULO 1: TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NAS PESQUISAS

O lugar de travestis e mulheres transexuais na pesquisa é disputado por nós, e segue sendo colocado em cheque pela presença de pesquisadores e pesquisadoras que não admitem nosso potencial de produção de conhecimento, nos resumindo a cobaias em suas pesquisas.

É importante lembrar que nunca aceitamos o lugar de cobaia, e seguimos enfrentando esse estigma. Nosso lugar enquanto produtoras de conhecimento antecede nossa presença na universidade, e se constrói principalmente dentro do movimento social, com seu potencial pedagógico transformador. No capítulo 2, no subtítulo Movimento Social Organizado, discuto sobre a relação entre educação e os movimentos sociais.

Além disso, o lugar de cobaia nos era imposto pois, ao buscarem acessar nossos corpos e vivências, pesquisadores e pesquisadoras, cisgêneros, brancos e heterossexuais, em sua maioria, reafirmavam o lugar de marginalidade e de exclusão no qual travestis e mulheres transexuais eram colocadas. Essa reafirmação vinha a partir da abordagem escolhida, das perguntas feitas as travestis e mulheres transexuais em entrevistas, e do que é que esses pesquisadores e pesquisadoras buscavam com suas pesquisas. Perguntas como ‘como você lidou com a rejeição da família?’, ‘com que idade você começou a se prostituir’, ‘você sofreu algum tipo de violência?’, resultam em respostas carregadas de tristeza, violência e exclusão, o que já era compreendido enquanto parte da experiência de mulheres transexuais e travestis.

A perversidade está em não buscar, e não apresentar, as partes da experiência travesti e de mulheres transexuais, que pudessem reverter esse estigma e essa imagem negativa que foi construída sobre essas sujeitas, mas sim, decidir reafirmar que a única faceta da vida de uma sujeita travesti ou transexual, é a da marginalidade.

Uma pesquisadora que busca analisar a presença de travestis e mulheres transexuais na universidade, por um viés das potencialidades, e não das vulnerabilidades é Sofia Favero, autora do artigo *Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais* (2020). Neste trabalho a autora traz um panorama sobre a presença de travestis no campo da pesquisa e analisa a mudança do papel desempenhado por essas intelectuais, que antes eram tratadas como objetos de pesquisa e agora passam a produzir suas pesquisas sendo também suas próprias referências.

Para a autora, nas décadas de 1990 e 2000, travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, eram encontradas em trabalhos acadêmicos enquanto temática de pesquisa de diversos autores, no campo das ciências sociais e da saúde, por exemplo. Nos anos 90, os trabalhos tratavam de assuntos como a vulnerabilidade social e econômica dessas sujeitas,

geralmente trazendo como tópico a prostituição (FAVERO, 2020, p.3). Já na década seguinte, as pesquisas se propunham a tratar de questões relacionadas ao campo da saúde, sendo possível perceber “a emergência de disputas pela despatologização do gênero, que estavam sendo reforçadas por diferentes pesquisadores e pesquisadoras dos guias diagnósticos, sendo essa uma crítica incorporada pelos ativismos trans” (FAVERO, 2020, p. 3).

Em outras palavras, nas duas décadas consideradas pela autora enquanto um período de produção acadêmica centrada em travestis e pessoas trans, os trabalhos se propunham a discutir apenas os aspectos de marginalização e a negação de direitos.

Ainda de acordo com Favero (2020) foi na década de 2010 que a perspectiva das pesquisas passou a mudar com o “transfeminismo” enquanto corrente teórica, que teve uma função importante para uma reestruturação do debate sobre as pautas de travestis e mulheres transexuais. Para Favero (2020), “A chegada do “transfeminismo” no Brasil, enquanto corrente teórica, conforme aponta Coacci (2014), fez com que fossem atualizadas distintas formas de organização política dessa população”.

Para Letícia Nascimento (2021, p. 71), “o transfeminismo passou a produzir saberes feministas localizados socialmente, por e para mulheres transexuais e travestis”. Em outras palavras, o Transfeminismo, ou feminismo transgênero, como trazido pelas autoras acima citadas, é uma corrente teórica que visa produzir saberes que se relacionem com as perspectivas e vivências de mulheres transexuais e travestis, e visa também produzir tensionamentos dentro das correntes feministas. Ainda para a autora, o Transfeminismo se constitui como uma nova possibilidade de luta contra a transfobia e o sexismo presente nos movimentos sociais e de reivindicação de pautas políticas para pessoas trans (NASCIMENTO, 2021, p. 71).

Para a autora,

como transfeministas, e feministas por extensão, devemos nos apropriar da fala, da escrita, da linguagem, rachar o mundo com nossas palavras, construindo pontes de sororidade e redes de denúncia. Quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos um cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um reconhecimento coletivo de nossas experiências (NASCIMENTO, 2020, p. 78-79).

No parágrafo acima, Nascimento (2020) destaca a importância do transfeminismo enquanto possibilidade para travestis e mulheres transexuais erguerem suas vozes, contarem suas histórias e constituírem suas identidades e vivências a partir de suas próprias perspectivas.

Correntes teóricas, como o Transfeminismo, são importantes para se pensar as articulações de travestis e mulheres transexuais para além de “organizações não governamentais ou associações ligadas a questões de saúde sexual, como, por exemplo, o combate ao HIV/aids” (FAVERO, 2020, p.4), que eram espaços nos quais já existia uma presença trans estabelecida. Ainda segundo Sofia Favero (2020), o transfeminismo não foi fundador de um novo movimento, mas proporcionou que outras ideias passassem a ser pensadas.

Sinalizo aqui que, reconhecer que o Transfeminismo tem viabilizado novas possibilidades de se pensar nossas experiências, em nada diminui a importância dos movimentos de defesa dos direitos de travestis e mulheres transexuais que ainda se encontram no contexto da Saúde.

Favero (2020) também trata sobre a possibilidade de construir um uso das experiências de vida de maneira estratégica e articulada, que favoreça a produção de travestis e mulheres transexuais, e que não se encerre em uma “dupla vitimização”:

Em uma pesquisa, os sujeitos não deveriam meramente testemunhar quem são ou informar de modo superficial de onde falam, uma vez que isso pode ser contraproducente, reforçando a cristalização do lugar de vítima. Com isso em vista, quais seriam as formas analiticamente mais interessantes para reivindicar uma posicionalidade? Basta dizer nas primeiras linhas do trabalho que é branco, homem e cisgênero para pagar um pedágio? É o suficiente informar que é negra, trans e lésbica para fazer com que um trabalho leve em consideração, de fato, esses marcadores? (FAVERO, 2020, p.8).

O uso do espaço do relato pessoal somente enquanto ‘atestado’ de experiência, para que argumentos sejam válidos, para Sofia Favero, é um lugar que não produz bons efeitos, principalmente para grupos marginalizados.

Referenciando Joan Scott, Favero afirma que “para a autora, tornar uma experiência visível através da perspectiva de um grupo tido como minoritário pode expor como funcionam os mecanismos opressores, mas não necessariamente a lógica dos mesmos mecanismos” (FAVERO, 2020, p.11).

Nesse sentido, a pesquisadora problematiza os limites do relato pessoal, das experiências pessoais, ao se propor a questionar aspectos estruturais. Aliado ao conceito de lugar de fala, e ao exemplo que a autora traz no texto, é possível entender melhor o que ela afirma. O exemplo em questão é o de Thammy Miranda, homem trans, branco, que recentemente concorreu pelo Partido Progressista (PP), a um cargo político. Esse partido é conhecido pelos levantes contra pautas progressistas, principalmente as que se relacionam

com a população LGBT, que são pautas erroneamente e propositalmente chamadas de Agenda Gay.

Esse exemplo ilustra a limitação da experiência que, se não articulada com uma proposta de intervenção, não alcança o objetivo de subverter as normas sociais. Em resumo, “a experiência é um modo de produção de conhecimento, mas não pode ser tomada como evidência autorizada, pois ainda é incapaz de dar conta de questões sistemáticas e estruturais de dada sociedade” (FAVERO, 2020, p. 11).

O trabalho de Sofia Favero traz à tona a possibilidade de uma nova perspectiva de tratar sobre nossas experiências enquanto travestis e mulheres transexuais, que ela chama de Ética Pajubariana, em referência a linguagem adotada por travestis, o Pajubá, de tradição *yorubá*<sup>14</sup>.

Para Favero “Pajubar a ética é cavar outras hipóteses, mudar a forma de fazer perguntas” (FAVERO, 2020, p. 16):

A ética a que me refiro presume a criação de relações conscientes a respeito da repercussão da transfobia no cotidiano das pessoas trans, seja no Direito, na Psicologia, na Medicina, dentre outros âmbitos. Não para culpabilizá-las, ou culpabilizar a si mesma, mas para que se reconheça que existem coisas que apenas as travestis terão acesso, ou que somente serão dirigidas a elas (FAVERO, 2020, p. 17).

Nesse sentido, existe um espaço, um lugar, no qual é possível que certas análises, carregadas pela experiência de vida, possam fazer sentido. A autora apresenta a perspectiva trazida pelo feminismo negro, através do conceito de *outsider within*.

Antes de entender o conceito de *outsider within* é importante que tenhamos em mente o lugar ocupado pela mulher negra frente a um feminismo branco e um movimento negro masculino. Para Grada Kilomba, “a maior parte da literatura sobre o racismo falhou em abordar a posição específica das mulheres negras e as formas pelas quais questões de gênero e sexualidade se relacionam a questões de raça”(KILOMBA, 2019, p. 96). O que parece acontecer é uma hipervisibilização da categoria de raça, em detrimento da discussão e da articulação do conceito de gênero nas discussões raciais, e isso, segundo Kilomba, é um efeito do racismo.

Para ela, “O racismo condicionou as vidas de pessoas negras de tal forma que a ‘raça’, muitas vezes, é considerada ‘o único aspecto relevante de nossas vidas e a opressão de

---

<sup>14</sup> A população yorubá, membros da nação Nagô ou da nação Quêto, constitui um dos maiores grupos étnico-linguísticos da África Ocidental, com mais de 30 milhões de pessoas em toda a região. A população Yorubá foi a última a ser traficada para o Brasil na condição de escravizada, sendo portanto, a que conseguiu preservar elementos importantes da sua cultura, como a língua e a religiosidade, influenciando também a criação da língua Pajubá.

gênero torna-se insignificante à luz da realidade mais dura e atroz do racismo’ (hooks, 1981, p. 1)”(KILOMBA, 2019, p. 96).

Ainda,

uma grande parte das políticas negras construiu seus sujeitos em torno de concepções de masculinidade heterossexual negra. A construção do sujeito negro como ‘masculino’ é problemática porque invisibiliza experiências de mulheres e pessoas LGBTTQIA+ negras. Essa conceituação simplesmente transforma o conceito clássico ‘homem branco heterossexual’ em ‘homem negro heterossexual’, sendo ‘raça’ a única categoria alterada (KILOMBA, 2019, p. 96-97).

Para Megg Rayara, essa constituição do movimento negro em torno da figura do homem negro cisgênero heterossexual também afeta diretamente a presença e as pautas de travestis e mulheres transexuais negras. Segundo ela,

Parte do problema se relaciona com uma presença quase absoluta de homens cis heterossexuais à frente das principais organizações que lutam pelos direitos da população negra. Suas demandas gravitam em torno da realidade que vivenciam, reforçando inclusive alguns estereótipos, como por exemplo, aquele que naturaliza a ideia de que “a negritude se constitui através da normalização do negro heterossexual, representado pela emblemática virilidade de sua força física, agressividade, violência, grande apetite sexual e pênis potente”. Nessa lógica a travestilidade e/ou a transexualidade seria algo totalmente desconectado da negritude (OLIVEIRA, 2020a, p. 179).

Nesse sentido, a presença de mulheres dentro do movimento negro é silenciada pela presença e pela influência da figura masculina. O mesmo acontece dentro do movimento feminista, que se constituiu em torno de uma figura representativa que não traduzia as experiências de mulheres negras: a mulher branca.

Para Grada Kilomba, “a literatura feminista ocidental também falhou em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de formas diferentes das que atingem mulheres brancas, tornando as mulheres negras invisíveis” (ibidem, p. 97). Assim como no movimento negro, o que acontece é uma atualização da figura dominante, que nesse contexto, deixa de ser “homem branco heterossexual” para se tornar “mulher branca heterossexual”. Em outras palavras, o feminismo também se constituiu de uma maneira excludente, reforçando a mesma “estrutura racial conservadora: branca”(KILOMBA, 2019, p. 97).

Em vista disso, o espaço ocupado pela mulher negra é o de “uma espécie de vácuo de apagamento e contradição” (KILOMBA, p. 97-98). É um entre-lugar, no meio de um lugar ocupado por homens negros, e outro lugar ocupado por mulheres brancas. Ainda, “o impacto simultâneo da opressão ‘racial’ e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas” (KILOMBA, 2019, p. 99). É

nesse contexto que o conceito de *Outsider Within*, de Patricia Hill Collins, que Sofia Favero relembra, se constitui.

A mulher negra, devido ao trabalho normalmente estabelecido para elas durante vários contextos da história, pode construir uma visão de mundo bastante única. Mulheres negras que trabalhavam em casas de famílias brancas, não só desempenhavam as tarefas domésticas, como lavar roupa, cozinhar e limpar a casa, mas também eram responsáveis por cuidar das crianças brancas, filhas e filhos de seus patrões. Essa experiência, de contato com a rotina de famílias brancas, fazia com que mulheres negras tivessem em posição de *'insider'*, que em tradução livre, significa 'de dentro'.

Segundo Patricia Hill Collins,

Nas biografias dos brancos ricos, é frequente o relato de seu amor por suas “mães” negras, enquanto os relatos das trabalhadoras domésticas negras ressaltam a percepção de autoafirmação vivenciada pelas trabalhadoras ao verem o poder branco sendo desmistificado – saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo (Patricia Hill COLLINS, 2016, p.99).

Em outras palavras, estar presente na vida e no cotidiano de famílias brancas, possibilitou a mulheres negras analisar as hipocrisias e as contradições que constituíam a experiência de pessoas brancas dentro da sociedade racista. Essa posição ocupada por mulheres negras é comumente ligada ao contexto estadunidense, devido ao período de segregação racial, através de filmes e produções audiovisuais no geral, mas também é uma realidade percebida aqui no Brasil durante o período colonial escravocrata.

Porém, as mulheres negras ainda eram sujeitas negras, e isso fazia com que elas não fossem efetivamente parte da família, aqui se tornando *'outsiders'*, que em tradução livre, significa 'de fora'. Lembro aqui que essa situação ainda é visível no contexto das empregadas domésticas, na sua maioria negras, e as suas contratantes, na sua maioria brancas, que as consideram 'quase' parte da família.

Como aponta Maria Heloisa Lima dos Santos (2020), essas mulheres negras que foram colocadas na posição de empregadas domésticas por uma sociedade que tem sua base calcada na escravização de corpos negros, são delegadas a figura do Outro, como já apresentado anteriormente. Esse outro é observado, vigiado e nunca ouvido. Para a autora a expressão criado mudo, muito utilizada no contexto brasileiro, é um exemplo da herança racista e escravocrata que ainda permeia a nossa sociedade, e que contribui para a manutenção desse imaginário sobre mulheres negras (SANTOS, 2020).

Essa visão de *'insider'*, como alguém que tem acesso a vida de pessoas brancas, aliada a experiência de ser uma pessoa negra, considerada enquanto um *'outsider'* na sociedade

racista, é considerada muito particular a mulheres negras. Essa perspectiva particular estabeleceu o feminismo negro e os conceitos que viriam a ser de extrema importância para, não só para as discussões sobre raça, mas também para as questões de gênero, e para análises de grupos sociais menos favorecidos no geral.

É partindo dessas reflexões que Sofia Favero procura articular o conceito de ‘*outsider within*’, com a experiência de travestis e mulheres transexuais enquanto sujeitas que também tem uma aproximação particular com os problemas estruturais que permeiam nossa sociedade. Segundo ela, “dessa forma, compreende-se que existe um acesso diferenciado na vida cotidiana, permeado pela dinamização frequente de algumas hierarquias, dentre as quais as travestis estão profundamente imbricadas” (FAVERO, 2020, p. 13).

Por fim, “pajubar a ética aparece como uma estratégia que retoma a posicionalidade enquanto metodologia, para então compreender as fragilidades ontológicas de uma anúncio (des)articulada”(FAVERO, 2020, p. 20). É reconhecer que se fala de algo muito maior do que o âmbito pessoal, mas que se potencializa ao ser analisado por perspectivas críticas localizadas.

Cabe aqui lembrar também do trabalho de Fran Demétrio e Hilan Nissior Bensusan, no qual a autora e autor se debruçam em pensar o conceito de direito epistêmico, o direito a produzir conhecimento, “o direito de guardar para outros o passado, de guardar para o futuro o passado, o direito de arquivar”(DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019, p. 111). A autora e o autor articulam o conceito de direito epistêmico ao de direitos humanos, entendendo que produzir conhecimento é também um direito fundamental, e que deve ser zelado.

Ao tratar sobre o direito epistêmico, diversas problemáticas aparecem, como a injustiça epistêmica e opressão epistêmica, e também o epistemicídio (conceito aprofundado por Sueli Carneiro em seu trabalho *A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, de 2005). Cabe pensarmos no que Fran Demétrio e Hilan Bensusan apresentam, citando Miranda Fricker, sobre a principal motivação para a injustiça epistêmica:

Segundo a autora, estas exclusões são geradas em decorrência de preconceitos de identidades movidos por estereótipos sociais negativos que desvalorizam e desqualificam o conhecimento pertencente a determinados grupos sociais, em geral, grupos minoritários e historicamente subalternizados (DEMÉTRIO e BENSUSAN, 2019, p. 115-116).

O espaço da educação é um espaço de disputa e de enfrentamento para diversos grupos sociais marginalizados, em especial para mulheres e homens, negras e negros, e travestis e mulheres transexuais, negras e brancas. Esse enfrentamento ocorre desde o ensino básico, no qual a experiência desses corpos é marcada, em grande parte, por um processo de expulsão

desse ambiente, por meio de situações e articulações discriminatórias, até a universidade, na qual a presença desses corpos é rejeitada, tolhida e utilizada apenas no lugar de cobaia em pesquisas.

Para Thiffany Odara, em seu livro *Pedagogia da Desobediência*, denuncia como os processos educativos estão estruturados em um pensamento colonial que normatiza o pensamento, e estigmatiza, desumaniza e assassina corpos não hegemônicos. Segundo a autora, a educação carrega o nosso passado colonial em sua estrutura, e que os processos educativos, nesse sentido, “formatam e excluem” (Thiffany ODARA, 2020, p. 92-93).

A colonialidade, essa herança do período colonial, serve ao sistema como uma renovação da estrutura escravizadora, racista e eurocentrada na qual nossa sociedade foi construída. Para Restrepo e Rojas,

El colonialismo refiere al proceso y los aparatos de dominio político y militar que se despliegan para garantizar la explotación del trabajo y las riquezas de las colonias en beneficio del colonizador; como veremos, en diversos sentidos los alcances del colonialismo son distintos a los de la colonialidad, incluso más puntuales y reducidos. La colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la re-producción de relaciones de dominación (Restrepo e Rojas, 2010, p. 15).

Colonialidade é, então, um instrumento do pensamento colonial para continuar existindo, influenciando diretamente a construção de nossa cultura, de nossas identidades, e das relações sociais.

Para Thiffany Odara, pedagogias de enfrentamento dessa colonialidade, ou seja, uma educação que não seja pautada em um pensamentor racista, sexista e segregador, é urgente. Sua proposição é a *Pedagogia da Desobediência*, nascida dos frutos do movimento organizado de travestis, e que tem como perspectiva o enfrentamento da marginalização de corpos não hegemônicos. Segundo ela, “uma perspectiva nascida da negação social, o que faz dessa negação o fio condutor para uma perspectiva educacional desobediente e travestilizada” (ODARA, 2020, p. 94).

É inspirada nesse ideal, que escrevo esse trabalho, e que proponho pensarmos na potência de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, enquanto articuladoras do conhecimento e transformadoras do espaço educacional, em específico o acadêmico.

## **CAPÍTULO 2: UM PANORAMA SOBRE A EXISTÊNCIA DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NA HISTÓRIA, NO IMAGINÁRIO SOCIAL E NA VIVÊNCIA COTIDIANA**

Neste capítulo trarei um panorama geral sobre a história de nossa existência, enquanto travestis e mulheres transexuais, negras e brancas no Brasil, passando pela realidade atual na qual vivemos, pelas histórias resgatadas de nossas transcestrais e pelo imaginário construído sobre nossos corpos e vivências. A apresentação desse panorama não é possível sem apontar para as questões raciais, reconhecendo o Brasil como um país que se desenvolveu a partir de um sistema que escravizava pessoas e que é marcado historicamente por um pensamento colonial que moldou, além do conceito de gênero, o de raça.

No primeiro tópico do capítulo apresento o cenário brasileiro atual, no que diz respeito aos índices de violência contra travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, e proponho pensar como esse cenário se tornou nossa “história única”, utilizando o conceito apresentado por Chimamanda Ngozi Adichie. O segundo tópico é reservado ao resgate de algumas histórias e experiências de travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, brasileiras desde o período colonial, até os dias de hoje, adotando uma postura genealógica nos moldes propostos por Ines Dussel e Marcelo Caruso (2003), buscando reconhecer nossa presença como parte da História do Brasil.

No texto *Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer<sup>15</sup> of Colour e trânsitos para o Sul*, Caterina Alessandra Rea e Izzie Madalena Santos Amancio (2018), reforçam que são de grande importância perspectivas que considerem “as questões de gênero e sexualidade como inseparáveis da história pós/neocolonial do ocidente, englobando as experiências da escravização, do racismo, da diáspora e dos fenômenos de imigração e dos novos imperialismos” (Caterina Alessandra REA e Izzie Madalena Santos AMANCIO, 2018, p. 17).

### **2.1 INDÍCES DE VIOLÊNCIA E DE SILENCIAMENTO DE VIDAS TRANS: NOSSA HISTÓRIA ÚNICA**

Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram. (ADICHIE, 2019, s/p).

---

<sup>15</sup> Teoria Queer é uma teoria branco-centrada e colonial, advinda de países do norte global, que ignora experiências com recortes raciais e geográficos, e ignora inclusive a apropriação do conceito de travesti pelas próprias sujeitas. A teoria queer of colour, entre outras propostas, buscam fazer essa crítica do embranquecimento e da colonização de identidades que fogem da cis-heteronorma.

Começo aqui lembrando o conceito de História Única, apresentado por Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, em sua primeira palestra para o TedTalk<sup>16</sup>, em 2009. A palestra foi transformada em livro, *O perigo da História Única*, foi trazido ao Brasil pela editora Companhia das Letras.

Chimamanda inicia sua fala lembrando sua infância e seus primeiros escritos, aos sete anos de idade. Na época, ela escrevia histórias sobre personagens brancos, de olhos azuis, e que conheciam a neve. Não era sua realidade, mas Chimamanda escrevia sobre o que lia.

Depois de conhecer escritores africanos, ela diz que percebeu que “meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia” (Chimamanda Ngozi ADICHIE, 2019, s/p). Segundo ela, “o que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros” (ibidem, 2019, s/p).

Entre outros relatos, ela reflete melhor sobre como as histórias únicas são estabelecidas tão fortemente no imaginário das pessoas. Um dos relatos é sobre a colega com a qual Chimamanda dividiu quarto, quando saiu da Nigéria para os Estados Unidos para fazer faculdade. Ela conta que:

Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se podia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia como usar um fogão. O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (ADICHIE, 2019, s/p)

Nesse trecho, Chimamanda conta como sua colega de quarto tinha ideias sobre ela e sobre o continente africano que se baseavam em sofrimento, em pobreza e falta de acessos e recursos. Para a colega, era surpreendente que Chimamanda tivesse qualquer noção sobre a cultura estadunidense, como a existência da cantora Mariah Carey, ou o uso de um fogão. Era esperado que a sua vivência se resumisse ao que se conta, de maneira reducionista e preconceituosa, sobre o continente africano e as pessoas que vivem nele. Chimamanda

---

<sup>16</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc&ab\\_channel=BrunoAlves](https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc&ab_channel=BrunoAlves)>

inclusive menciona no texto, o quão irritada ficava quando as pessoas se referiam a África como um país, e não como um continente.

Além disso, é possível perceber a relação de distanciamento que a história única constrói. A colega de Chimamanda não a via como alguém próximo, em cultura e em identidade, e isso faz com que ela acredite que as duas são muito diferentes uma da outra, em uma relação de poder, na qual a colega se sentia de alguma maneira superior a Chimamanda, e a via com uma certa pena.

Em outro momento do texto, a autora relembra dos comentários de um de seus professores, que ao criticar um de seus romances, disse que ele não era ‘autenticamente africanos’. Sobre essa situação, Chimamanda comenta:

Eu estava bastante disposta a admitir que havia diversas coisas erradas com o romance e que ele fracassava em vários aspectos, mas não chegara a imaginar que fracassava em alcançar algo chamado “autenticidade africana”. Na verdade, eu não sabia o que era autenticidade africana. O professor me disse que meus personagens pareciam demais com ele próprio, um homem instruído de classe média: eles dirigiam carros, não estavam passando fome; portanto, não eram autenticamente africanos (ADICHIE, 2019, s/p).

A autora ainda afirma que ela também já foi agente da manutenção dessas histórias únicas. Em um momento bastante tenso pelas questões políticas nos Estados Unidos, principalmente quando o assunto era imigração, Chimamanda visitou o México. Segundo ela “Havia histórias infundáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa”. Em seu imaginário, era essa história que Chimamanda conhecia. Ao sair pra passear por Guadalajara, ela viu pessoas em seu cotidiano, “indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo” (ADICHIE, 2019, s/p).

Sobre o ocorrido, a autora divide como se sentiu, mostrando que

Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma só coisa na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo (ibidem, s/p).

Isso mostra que todas e todos podemos colaborar com as histórias únicas, ao nos propormos a aceitar apenas o que é dito sobre algo, alguém ou algum país/nação, e não buscar outras referências sobre o assunto. Para a autora: “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, s/p).

Esses relatos são utilizados por Chimamanda para pensar a relação que a história estabelecida de um povo, um país ou um grupo social, são construídas para serem únicas, para

que as pessoas não lembrem de certos sujeitos ou nações de outra maneira. Para Chimamanda, história única se relaciona diretamente com poder: “É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro” (ADICHIE, 2019, s/p).

Ainda segundo a escritora “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, s/p). Em outras palavras, as histórias únicas das quais compartilhamos sobre o mundo, são contadas por pessoas no poder, e são contadas da maneira que for pertinente a essas pessoas, para a manutenção de suas posições, e para que pessoas e grupos menos favorecidos se tornem cada vez mais excluídos e subjulgados.

Sendo contada por quem possui poder, a história única “rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos”(ADICHIE, 2019, s/p).

É a partir dessa citação, que pretendo apresentar a história única que propuseram a nós, travestis e mulheres transexuais, para que possamos pensar quais outras histórias podemos contar sobre nós mesmas.

O que se conhece de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, é a violência, a prostituição<sup>17</sup>, a rejeição da família, o preconceito no espaço escolar e no mercado formal de trabalho e, não reconhecer que esses são problemas enfrentados por pessoas trans seria um erro, pois o Brasil ainda é um país extremamente hostil para travestis e mulheres transexuais, especialmente negras.

Sabe-se que o Brasil é líder do ranking mundial de assassinato de travestis e mulheres transexuais. Conforme dados da ONG Transgender Europe (TGEU), desde 2008 o Brasil segue à frente nessa classificação (Bruna G. BENEVIDES, Sayonara Naidier Bonfim NOGUEIRA, 2022). Além disso, a vulnerabilidade social vivida por essas sujeitas atravessa suas experiências no espaço educacional e também no mercado de trabalho.

Segundo o Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras, em suas publicações de 2020 e 2022, que analisam os anos de 2019 e 2021, respectivamente, da ANTRA (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020; 2022), “apenas 4% da população Trans feminina se encontra em empregos formais” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 31), “apenas 6% estão em atividades informais e subempregos” (ibidem, p. 31), e

---

<sup>17</sup> A prostituição tem sentidos diferentes para travestis e mulheres transexuais.

“90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda” (ibidem, p. 31). Em relação à vivência escolar, os dados apresentados anteriormente mostram que a taxa de sujeitas que não completam sua carreira escolar é alarmante.

Outro dado relevante é em relação ao recorte de raça, no que tange os índices de assassinatos apresentados pela ANTRA. Segundo o documento de 2022, Em 2021, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, percebemos através de atribuição direta, através de análises das imagens e perfis encontrados em redes sociais feitas, que 81% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans, como já estava ratificado nas edições anteriores. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2022, p. 50).

Ainda pelo documento, é percebido que:

As informações levantadas nos últimos cinco anos nos revelam que uma pessoa trans apresenta muito mais chances de ser assassinada do que uma pessoa LGB cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres trans, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2022, p. 50).

Discutir as experiências de mulheres transexuais e travestis sem analisar o recorte étnico-racial e principalmente esse recorte dentro do contexto brasileiro, é universalizar essas experiências, e ignorar que o país que vivemos foi colonizado e estruturado com base em um modelo eurocêntrico racista, e que as noções de gênero e sexualidade também foram e são construídas com base nessa estrutura. Além disso, como vou tratar no tópico acerca da ancestralidade travesti, falar sobre a história de travestis e mulheres transexuais é falar sobre a história de sujeitas negras, como Xica Manicongo, Yaya Mariquinhas, Elóina dos Leopardos, Weluma Brown, Jovanna Baby e Keila Simpson, dentre tantas outras.

Analisar o contexto brasileiro é de extrema importância, uma vez que a noção de raça e a percepção das identidades étnico-raciais aqui se diferem de outros países que passaram pelo mesmo violento processo de escravização, como os Estados Unidos, por exemplo, onde genótipo e fenótipo são levados em consideração para que uma pessoa seja reconhecida como negra.

A pesquisadora Ângela Figueiredo (2015), se atenta à questão da raça, trazendo à tona as diferenças culturais e históricas entre Brasil e Estados Unidos. Figueiredo (2015), em seu texto Carta de uma ex-mulata à Judith Butler, publicado em 2015, apresenta algumas informações em relação ao desenvolvimento das pesquisas no que tange o racismo e as identidades étnico-raciais, entre elas o fato de que, nos anos 70, ativistas negros e

pesquisadores estadunidenses passaram a reconhecer o racismo no Brasil enquanto “pior”, pois aqui,

as desigualdades sociais caminham lado a lado com o discurso da democracia racial e da mestiçagem, o que dificulta, sobremaneira, que os negro-mestiços no Brasil tenham consciência da sua condição social estar relacionada à sua condição racial” (FIGUEIREDO, 2015, p.155).

Para a autora, essas diferenças também estão presentes nos marcadores distintos de raça nos dois países. Enquanto no Brasil, esses marcadores estão ligados a características fenotípicas, nos Estados Unidos os marcadores são de origem, pela sua ascendência (FIGUEIREDO, 2015).

Megg Rayara Gomes de Oliveira, no texto *Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros* mostra que a construção da identidade da travesti negra no Brasil é atravessada pela marginalização tanto do corpo travesti, quanto da criminalização do corpo negro. Segundo a pesquisadora, “o suposto potencial perigoso e propensão ao crime do homem negro, destacados nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir de 1930, respingava nas travestis” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020a, p. 176), e “só restava às travestis negras um lugar periférico, da pobreza, da “depravação, do elogio ao pecado, da luxúria, da violência física e simbólica, da insalubridade, da vida rasgada” (ibidem, p. 176). Esse espaço da pobreza e da depravação era o único possível para travestis negras, enquanto travestis brancas poderiam encontrar em companhias de teatro, no papel de transformistas, uma possibilidade de trabalho (ibidem). Nesse contexto, é possível pensar que as experiências de travestis negras são impactadas tanto pela transfobia, quanto pelo racismo.

Decidi trazer aqui, em primeiro lugar, essas informações, não para reforçar o espaço que foi determinado para nós, mas para que possamos lembrar que a luta é diária e que a realidade brasileira está longe de ser solidária e amistosa para com nossos corpos. Além disso, ao falar sobre nossas potencialidades e nossas conquistas, busco não só homenagear aquelas que já se foram e que pavimentaram o caminho para que eu pudesse estar escrevendo esse trabalho, e para que todas nós pudéssemos construir nossas narrativas com um referencial que tenha como centro pessoas trans, mas também denunciar a falta que fazemos em diversos espaços que ainda resistem a nossa entrada, como a escola, a universidade e o mercado de trabalho formal.

Com esse cenário construído e demarcado para nós, é possível que pareça que essa realmente seja nossa única história. Entre estereótipos e violências, o que parece nos restar é

aceitar o que falam de nós. Como nos diz Chimamanda, “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”(ADICHIE, 2019, s/p).

Intelectuais travestis buscam hoje retomar a nossa história, e recuperar a vida e o nome daquelas que nos antecederam, e que foram silenciadas e apagadas da História. É sobre elas que falaremos agora.

### 1.1 TRANSCESTRALIDADE: NOSSA HISTÓRIA E O RESGATE PELAS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS: XICA MANICONGO VIVE!

Esse tópico se propõe a apresentar o resgate, feito por pesquisadoras travestis, de algumas histórias de travestis e mulheres transexuais durante a história do Brasil, dividindo essa história em dois períodos: do século XVI ao século XIX, e o século XX. É importante pontuar que, as aparentes ausências de histórias em alguns períodos denunciam, na verdade, um silêncio estratégico, que trabalha a favor da cisgeneridade normativa. Ignorar experiências travestis e transexuais durante a história do Brasil serve, e sempre serviu, para manter a ideia de que essas vivências não existiam.

Esse silêncio, para Silva (2012), pode ser utilizado para ocultar desigualdades. A exemplo do mito da democracia racial, que apresenta e faz valer uma ideia de que existe um equilíbrio social nas relações raciais, uma “harmonia”, na verdade funciona como “uma cortina de fumaça”, ocultando o passado racista e de escravidão brasileiro, que colabora para o imaginário racista que ainda temos hoje (SILVA, 2012, p. 124). De maneira parecida, o silêncio sobre as existências travestis e de mulheres transexuais, serve como uma cortina de fumaça para as transfobias diárias nesse país que segue sendo o país que mais mata travestis e mulheres transexuais pelo décimo terceiro ano consecutivo. Além disso, faz parecer que vivências travestis e transexuais são fenômenos recentes, e assim, muitos discursos como “é moda” ou “é coisa de agora”, se perpetuam e se fortalecem.

Seja as ignorando ou tomando existências travestis como casos de homossexualidade, os trabalhos que retomam o passado brasileiro colaboram para que esse silêncio se mantenha. Como crítica, pesquisadoras travestis e mulheres transexuais buscam resgatar essas histórias como enfrentamento e reconhecimento de que temos história.

Para que seja possível fazer essa apresentação de algumas das histórias de travestis e mulheres transexuais no Brasil, utilizarei a genealogia, enquanto perspectiva diferente da análise tradicional da história.

Para Ines Dussel e Marcelo Caruso (2003), Genealogia se difere da leitura tradicional da história pois considera uma análise crítica dos acontecimentos. Segundo a autora e o autor, “a genealogia parte de um problema ou conceito atual e elabora um mapa, não dos antepassados, mas sim das lutas e dos conflitos que configuraram um problema tal qual conhecemos hoje” (Ines DUSSEL, M. CARUSO, 2003, p. 33-34).

Em outras palavras, se analisar os fatos a partir de uma genealogia compreende pensar em uma continuidade entre eles, e que o que aconteceu no passado diz muito sobre de que maneira entendemos certas questões hoje. Não é somente sobre considerar pessoas, mas acontecimentos e contextos.

### 1.1.1 Século XVI ao Século XIX

Deu meia noite  
Era quase meio dia  
Xica Manicongo que destrave sua língua  
A saia rodava e sua boca remexia  
Que a contradição nos banhe com sua feitiçaria  
Linn da Quebrada - Amor amor

Começo esse subtópico com um trecho da música Amor amor, de Linn da Quebrada, que é um expoente da música brasileira de grande representatividade, enquanto artista travesti. A música faz referência a Xica Manicongo, travesti natural do Congo, escravizada e vendida a um sapateiro, que viveu durante o século XVI, e que é considerada a primeira travesti da História do Brasil.

Sobre a vida de Xica, Jaqueline Gomes de Jesus, em seu artigo *Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra*, nos fala:

Eu venho contar uma estória, mais do que apenas uma história. Estória por ter ocorrido, pelo episódio ter sido registrado. Mas esta também é uma História, a nossa. A dos opressores e a dos oprimidos. A do pensamento eurocêntrico e a das epistemologias “amefricanas” (GONZALES, 1988), que se constituem na complexa realidade psíquica e cultural brasileira, que nos constitui como sujeitos de uma América Africana La(t/d)ina. Um olhar a partir das vidas trans, tão longamente apagadas, violentadas, assassinadas (Jaqueline Gomes de JESUS, 2019, s/p)

A história de Xica Manicongo é a nossa história, enquanto travestis e mulheres transexuais, e é principalmente a história de travestis negras, que se reafirmaram em sua identidade, frente ao contexto hostil de um Brasil colonial. O que Xica representa é a história não contada, é o que foi apagado durante séculos e que ainda se busca apagar: a existência de corpos trans na história brasileira. Além disso, o resgate de sua história é parte de um “momento de inflexão da consciência da população trans com relação a sua história, e não

apenas como um mero registro formal de uma existência determinada”(JESUS, 2019, s/p). É reflexo do movimento que acontece em vários âmbitos, de retomada de poder sobre nossas vidas e nossas histórias, e de ocupação de espaços anteriormente negados ou dificultados a nós.

Para Jaqueline Gomes de Jesus (2019), “para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos”. Saber de nosso passado histórico possibilita nosso reconhecimento como parte dessa história, que segue sendo escrita por nós, e que será escrita pelas travestis e mulheres transexuais que venham a se reconhecer.

O resgate da história de Xica Manicongo, entre outras sujeitas que fugiam a norma cisgênera e branca, tem parte no trabalho de Luiz Mott, sobre a história da perseguição dos “sodomitas” no Brasil. É importante pontuar aqui que, apesar de ter feito um trabalho que pareça contemplar travestis, Luiz não se propôs a reconhecer quais dessas histórias se tratavam de narrativas trans, e essa proposta foi trazida por travestis pesquisadoras que, em crítica ao trabalho de Mott, puderam analisá-lo a partir de outra perspectiva, que reconhecesse as vivências trans do Brasil colonial. Ainda, em 2000, durante o VIII ENTLAIDS, Luiz Mott foi, por proposta aprovada, considerado *persona non grata* pelo movimento organizado de travestis da época. Na proposta, foi apresentada a justificativa de que Mott permanece atacando travestis em seus textos publicados. Além disso, ele apresenta dados mentirosos sobre as vivências travestis, que precisam ser rediscutidos, e segue um discurso alinhado a naturalização e normatização dos corpos a partir de uma cisgeneridade hegemônica, e a direita política, que sempre atacou e permanece atacando a comunidade transexual e travesti. Sendo assim, faço do pensamento dessas militantes, o meu, e repudio atitudes e trabalhos de Luiz Mott.

Na época, como denuncia Megg Rayara, as travestis “mesmo quando são identificadas, via de regra, são tratadas como homossexuais masculinos” (Oliveira, 2020, p. 170). Para encontrar em meio a essas histórias, a presença de sujeitas travestis, é necessário um olhar crítico e uma perspectiva de quem vê a partir de lugares não-hegemônicos. É nesse sentido que Megg Rayara utiliza o conceito de genealogia enquanto uma perspectiva crítica da História e o que Donna Haraway (1995) entende enquanto novas possibilidades de se ver (pensando na tecnologia do olhar), como a partir da periferia. Em outras palavras, “o que Donna Haraway está dizendo é que precisamos olhar de maneira específica para encontrarmos o que estamos procurando”(OLIVEIRA, 2020b, p. 157). O trabalho feito por Megg é o de

encontrar nessas histórias de sujeitas que subverteram as normas de gênero, sinais de uma experiência de vida travesti,

Retomando a história de Xica Manicongo, é possível reconhecer nos arquivos resgatados, a sua recusa em se adequar às expectativas de um Brasil sob um sistema de escravidão, influenciado diretamente pela perspectiva colonial europeia, e pela Igreja.

O seguinte trecho ilustra bem quem era Xica Manicongo:

Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbanda de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens. Diz-se que Xica era conhecida por ser muito namoradeira. Mesmo no inferno da escravidão havia frestas, sempre escavadas pela gente negra (JESUS, 2019, s/p).

Para Megg Rayara (2020b), Xica enfrentava todas as normas e colocava em xeque os conceitos de masculino e feminino.

Em outro momento, um homem cisgênero, Matias Moreira, confrontou Xica, exigindo que a mesma parasse de se vestir daquele estilo, e passasse a se vestir como homem. Em resposta, “Ela se recusou! Xica não obedeceu. Continuou a ser por fora quem era por dentro, sem se vestir daquilo que não era”(JESUS, 2019, s/p). Xica resistiu e enfrentou tudo e todos enquanto pode, para que pudesse existir no mundo enquanto quem ela era, e não enquanto o que esperavam que ela fosse.

É importante salientar que “embora as pessoas detidas pela polícia não fossem exatamente homens trajando roupas femininas, assim eram tratadas pela sociedade do período e por muitos/as pesquisadores em atividade atualmente” (OLIVEIRA, 2020b, p. 167), dentre eles Luiz Mott<sup>18</sup> e Ronaldo Vainfas<sup>19</sup>. Para Leticia Nascimento, nesse período “há um forte contexto de criminalização das transgeneridades” (NASCIMENTO, 2021, p. 49).

Classificada como “extravagante” por Vainfas (2010), Xica Manicongo fora duas vezes denunciada à inquisição, “inclusive por um escravo dos jesuítas, “de usar o ofício de fêmea” nas relações que mantinha com outros negros”. (VAINFAS, 2010, p. 151).

Nesse período, o que se previa enquanto pena era “ser queimada viva, em um auto de fé em praça pública, ter seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada sobre os seus descendentes até a terceira geração”(JESUS, 2019, s/p). Nesse mesmo contexto, outra transexual negra africana também foi denunciada. Seu nome era Joane.

---

<sup>18</sup> MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. *Revista Afro-Ásia*, n. 33, p. 9 – 33, 2005

<sup>19</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados* [recurso eletrônico]: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

Xica permanece sendo um símbolo de ancestralidade travesti, e sendo uma referência de alguém que confrontou às normas de gênero e buscou viver sua identidade enquanto foi possível. “Xica Manicongo é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, transvestigêneres. Pois o terreno fértil será para as vozes trans - transformadas em palavras”(JESUS, 2019, s/p). A história de Xica nos fortalece, e nos mantém firmes para continuar escrevendo essa história, que é nossa.

Megg Rayara, autora e pesquisadora travesti negra, faz também esse resgate de sujeitas travestis e mulheres transexuais que viveram no Brasil, em alguns de seus artigos. Um dos casos trazidos por Megg é o de Yaya Mariquinhas, sujeita que viveu no século XIX, e que foi interpelada pela polícia por utilizar vestimentas femininas e exigir que a chamassem no feminino.

Segundo Megg, “Yaya Mariquinhas reivindicava um tratamento no feminino questionando de maneira escancarada a fixidez dos gêneros, desafiando a relação entre sexo biológico e gênero” (OLIVEIRA, 2020c, p. 85).

No mesmo período, constavam nos registros policiais<sup>20</sup> outras duas prisões, de duas travestis não identificadas pelos seus nomes femininos, que foram confrontadas pela polícia por estarem vestindo trajes femininos. A não identificação por nomes e pronomes femininos era comum, como vimos anteriormente, uma vez que essas sujeitas eram reconhecidas e categorizadas pela polícia e pela sociedade não enquanto travestis, mas enquanto homens homossexuais que se trajavam com vestimentas femininas.

A primeira, conhecida apenas por ‘Manoel Francisco’, foi presa em 1854 por andar pela cidade vestida de mulher. A segunda, referida apenas como “João Paulo”, foi detida em 1865. Segundo os registros, ela era considerada “‘incorrigível’ pelo fato de já ter sido punida, pelo mesmo motivo, sem alterar o seu comportamento” (OLIVEIRA, 2020b, p. 168). Yaya, diferente dessas outras sujeitas, só possui registros em seu nome feminino.

Esses exemplos, ainda que pareçam insuficientes, atendem ao meu objetivo de problematizar o violento processo de invisibilização a que travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, vivenciaram e vivem no Brasil. A ausência de um contexto histórico contribuiu e continua contribuindo para que histórias únicas a respeito delas sejam

---

<sup>20</sup>O texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em 1711, previa a multa de 100 cruzados ao homem que se vestisse em traje de mulher, seria degredado para fora do Arcebispado da Bahia arbitrariamente, conforme o escândalo que causasse e os efeitos que resultassem (SANTOS, 1997).

atualizadas, restringindo a existências e experiências às sociedades contemporâneas ocidentais, bem como a determinados espaços.

### 1.1.2 Século XX

A história do país também é escrita por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, que se tornaram ícones em diferentes contextos, confirmando que suas vivências, experiências e subjetividades, dizem respeito a sociedade como um todo.

É necessário destacar que as identidades de travestis e/ou de mulheres transexuais são construídas socialmente e, portanto, assim como qualquer identidade, são influenciadas por questões raciais, socioeconômicas, localidade, religiosidade, educacionais, dentre outras tantas, estando sujeitas a adaptações, justamente por ser processual, inacabada...

Ponto aqui que várias dessas personalidades fizeram história na vida noturna, como transformistas, algumas conseguiram espaços no cinema, na televisão e outras ficaram conhecidas por ocuparem as ruas e os lugares públicos de cidades brasileiras, como o caso de Gilda de Abreu, travesti que viveu entre as décadas de 70 e 80 em Curitiba, capital do estado do Paraná, e que, em boa parte de sua história, viveu em situação de rua.

Sem ter a pretensão de estabelecer hierarquias em relação à importância que inúmeras travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, tiveram na cena artística e no movimento social, procuro resgatar alguns nomes e algumas minibiografias, considerando o fato de que a maioria delas ganhou visibilidade a partir da década de 1950.

No entanto, antes desse período duas transformistas farão história: Darwin, na década de 1920 e Madame Satã, na década de 1930, ambas no Rio de Janeiro.

Apesar de todo o preconceito da época, Darwin teve uma vitoriosa carreira como transformista e conseguiu um papel de destaque no filme *AUGUSTO ANNIBAL QUER CASAR* de 1923, dirigido por Luiz de Barros, cineasta com uma das mais longas trajetórias do cinema brasileiro.

Vinte anos depois, Ivaná, uma jovem curvilínea e bastante talentosa ganhava espaço no teatro de revista ao lado de coristas e vedetes cis no Rio de Janeiro. Dona de uma grande beleza e elegância, o público custava a acreditar que aquela bela mulher que cantava em francês era na verdade uma travesti.

Em 1954, a exemplo de Darwin, Ivaná conseguiu um papel de destaque em um filme rodado na capital carioca. do diretor Alberto Cavalcanti. Fez quatro filmes ao todo, nas décadas de 1950 e 1960.

O filme *MULHER DE VERDADE* do diretor Alberto Cavalcanti, mostra Ivaná elegantemente vestida cantando e dançando em uma cena solo, revelando o quanto atendia ao padrões de mulheridade da época.

Figura 1 - IVANÁ NO TEATRO DE REVISTA



Fonte: google<sup>21</sup>

Na década de 1950, em Belo Horizonte, *Cintura Fina*, assim como *Madame Satã* e *Tomba Homem*, tem sua imagem associada a prostituição e a criminalidade.

Na década de 1970, em plena Ditadura militar, Claudia Celeste, uma travesti negra, conhecida da cena artística carioca, desafiava as normas de raça e gênero do período e conseguia um papel de destaque, ao lado de Sônia Braga, na novela *Espelho Mágico*, na Rede Globo.

Em 1979 em Curitiba, Danielle, eleita rainha do carnaval no Clube Operário, tornava-se a personagem principal no documentário *DANIELLE CARNAVAL E CINZA*, do diretor José Augusto Iwersen (1946 – 1916), interessado em desvendar o cotidiano das travestis que viviam na capital paranaense.

---

<sup>21</sup> Disponível em: < [https://3.bp.blogspot.com/-4pSWY1o24P0/WUbdjy1iPZI/AAAAAAAAAB6U/Bo590BhaeJU79NNbIZ\\_p2Nn5QyqllpXHQCLcBGAs/s1600/ivanadollface3.jpg](https://3.bp.blogspot.com/-4pSWY1o24P0/WUbdjy1iPZI/AAAAAAAAAB6U/Bo590BhaeJU79NNbIZ_p2Nn5QyqllpXHQCLcBGAs/s1600/ivanadollface3.jpg) >.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, Gilda de Abreu tornou-se uma presença constante no centro de Curitiba, desafiando não apenas os padrões de corpo e moralidade da higienista e aguada capital paranaense, mas questionou de forma recorrente e atrevida, qual o espaço destinado às travestis?

Gilda de Abreu era conhecida por seu deboche frente às pessoas e as normas sociais, se apresentando como bem entendesse, e enfrentando a todos que a questionassem (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, Dayana Brunetto Carlin dos SANTOS, 2022). Gilda dá nome a inúmeras histórias de travestis e mulheres transexuais que buscaram enfrentar e resistir as exclusões e as violências da vida cotidiana.

Figura 2 - GILDA DE ABREU<sup>22</sup>



Fonte: Website Brasil Cultura

Os nomes que me proponho a apresentar a seguir são contemporâneos a alguns dos outros, e isso possibilitou o uso de imagens mais recentes. Inclusive, algumas dessas pessoas ainda estão vivas, até o presente momento dessa dissertação. É importante apontar aqui que esses são fragmentos históricos, a partir de uma perspectiva genealógica. Isso significa que muitas lacunas não serão devidamente preenchidas. Além disso, a partir do século XX, temos registros mais precisos, como as fotografias utilizadas nesse trabalho. Elas servem também como recurso didático, como forma de pensar o corpo travesti como corpo pedagógico.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.brasilcultura.com.br/wp-content/uploads/2011/10/travesti-Gilda.jpg>>.

É importante deixar evidente que as escolhas feitas aqui são também pessoais, sendo algumas das pessoas citadas aqui, referências que me inspiraram, e me inspiram, desde o início do meu processo de entendimento e de fortalecimento enquanto uma jovem mulher transexual.

O contexto no qual travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, eram inseridas durante o século XX, principalmente na segunda metade, é de bastante violência perseguição policial, como é possível identificar na história do movimento organizado de travestis, que apresentarei futuramente. Nesse mesmo contexto, corpos travestis e de mulheres transexuais eram colocados em posição de destaque em alguns momentos, principalmente no Carnaval.

Como ilustram Megg Rayara Gomes de Oliveira e Dayana Brunetto:

Na quarta-feira de cinzas, quando o reinado de Momo chegava ao fim, as bancas de jornais na bem comportada e hipócrita Curitiba, eram invadidas por milhares de exemplares do jornal Diário Popular que estampava, sem nenhum pudor, corpos travestis seminus como o de “Veruska, tão à vontade na primeira página” (FERNANDES, 2011, n.p.).

As manchetes, em letras garrafais bradavam: “No Operário “bonecas” do Brasil inteiro fazem inscrição”; “Travestis fizeram espetáculo! Operário recebeu 5 mil foliões”; “Leila: a grande rainha dos Travestis”; “Travestis estouram Operário: foi a maior festa de fantasias dos últimos anos”; “Show é das Bonecas” (APPAD, n.d.), rompendo momentaneamente o silêncio sobre a existência travesti, porém demarcavam de forma bastante firme o espaço e o período em que podiam circular. Era durante os dias de carnaval que os corpos travestis podiam “desfilear”. Podiam estampar as capas dos jornais da provinciana cidade e, por algumas horas, experimentavam o gostinho de ser o centro. Entravam pela porta da frente nos escritórios e nas casas de famílias: o Baile dos Enxutos tinha o estranho poder de subverter uma ordem! (OLIVEIRA, BRUNETTO, 2022, p. 10).

Eram nesses momentos que travestis e mulheres transexuais sentiam um pouco de visibilidade e reconhecimento.

É neste contexto, em várias capitais brasileiras, que inúmeras travestis ficaram conhecidas, o do carnaval, da folia, e ainda, da vida noturna trabalhando em boates, como Marcinha da Corinto uma estrela dos shows de transformismo na cidade de São Paulo. O sobrenome Corinto faz referência a sua atuação em uma das boates onde trabalhava.

Minha posição é de que os shows de transformismo iam para além do mero entretenimento, considerando o fato de que as experiências artísticas dessas travestis transgrediam o binarismo de gênero homem/mulher, apresentando outras possibilidades de corporeidades, “ou seja, uma performance datada, e que também é, ao mesmo tempo, artística,

política e social” (Muriel LORENSONI, n.d, n.p)<sup>23</sup> e também denunciavam violências, exclusões e reivindicavam o direito de ser e estar no mundo.

Marcinha do Corinthians, travesti negra, “é natural de Minas Gerais e iniciou a sua carreira em 1986 nas boates Nostro Mondo e Homo Sapiens. Com um grande talento, logo se tornou uma das maiores divas da saudosa boate Corinthians”<sup>24</sup>.

Em uma entrevista dada a Léo Aquila, mulher transexual e também conhecida enquanto artista transformista, “Em 85, eu fui uma das primeiras estrelas, a número 1, da casa de espetáculo da saudosa Elisa Mascaro, do lado do Shopping Ibirapuera”<sup>25</sup>. Ela também fez história se apresentando em programas de auditório na televisão brasileira, entre eles O Clube do Bolinha, que ia ao ar na extinta Rede Bandeirantes, entre os anos de 1974 e 1994, no quadro Eles e Elas, e o Programa Silvio Santos<sup>26</sup>.

Figura 3 - MARCINHA DA CORINTHO EM ENSAIO FOTOGRÁFICO



FONTE: Página do Instagram de Marcinha do Corinthians<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Disponível em: < <https://www.nossomoinho.com/noticias/o-transformismo-como-um-ato-politico-e-de-amor>>

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://acapa.disponivel.com/marcinha-da-corintho-comemora-24-anos-de-carreira-veja-fotos-da-festa>>

<sup>25</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=JXimwD7uvcE&ab\\_channel=L%C3%A9o%20Aquila](https://www.youtube.com/watch?v=JXimwD7uvcE&ab_channel=L%C3%A9o%20Aquila)>

<sup>26</sup> É possível encontrar algumas de suas apresentações no youtube, como a seguinte, no programa do Silvio Santos: <[https://www.youtube.com/watch?v=1YNkOvlhSZo&ab\\_channel=werbetmodena](https://www.youtube.com/watch?v=1YNkOvlhSZo&ab_channel=werbetmodena)>.

<sup>27</sup> Disponível em: < [https://www.instagram.com/p/CV\\_xqfetfegq8zTxF5tf4u8sa6caBWZwUvO6Y0/](https://www.instagram.com/p/CV_xqfetfegq8zTxF5tf4u8sa6caBWZwUvO6Y0/)>

Marcinha nos informa que “o espetáculo, eu faço desde muito nova. E é o que eu amo fazer. Eu me sinto bem em cena. Em cena a gente esquece tudo. A gente esquece os problemas, a gente sonha, a gente torna o nosso sonho realidade”.

Marcinha do Corinthians continua trabalhando e mantém-se ativa nas redes sociais, compartilhando com suas seguidoras e seguidores, detalhes da sua vida pessoal e profissional. É possível encontrar algumas de suas apresentações no canal *Blue Space Boate*, no youtube.

Outra travesti negra que ganhou bastante visibilidade foi Welluma Brown. Militante pelos direitos de travestis e mulheres transexuais ficou conhecida por ter sido uma das chacretes do programa *A Buzina do Chacrinha*, na TV Tupi, durante a década de 70.

Segundo uma publicação nas redes sociais<sup>28</sup> da ANTRA, Welluma era “filha de empregada doméstica negra. Travestilidade vivenciada desde a infância trabalhou como profissional do sexo, tendo sido reconhecida no meio artístico, cantando, dançando e representando”.

Figura 4 - WELLUMA BROWN<sup>29</sup> ENTRE AS CHACRETES



FONTE: Página Oficial da Antra no Facebook<sup>30</sup>

<sup>28</sup>Disponível

em: <https://www.facebook.com/antrabrasil/posts/pfbid02cLHFz58iiabqXjXpbGmRMC9boJh4LyyL7SntWpHfeXWRuyoRUMbjdMSHEpTZpR3Al>

<sup>29</sup> Welluma se encontra de pé, vestida com um colã branco e de cabelo bem cacheado e solto, sem adereços no cabelo.

Welluma<sup>31</sup> também “era uma estrela, no momento em que a arte salvou muitas travestis e ela brilhou em Paris onde teve a sua casa de espetáculos, a Le Galaxie, tendo trabalhado com ícones trans como a famosa Coccinelle”<sup>32</sup>. Welluma Brown faleceu em 2013, vítima de um acidente doméstico.

Outra travesti que ganhou grande visibilidade por ter trabalhado com inúmeras celebridades, da área artística e política, foi Ruddy Pinho.

Reconhecida profissionalmente por ter sido cabeleireira de diversas celebridades, nasceu em Sabinópolis - Minas Gerais. Foi autora de nove livros, sendo o último deles *Nem tão bela, nem tão louca*, em 2007, que conta algumas de suas memórias de vida. Ruddy “trabalhou também com Marília Pêra, Odete Lara, Yoná Magalhães e Beth Carvalho, sem falar de Susana Vieira, grande amiga por 36 anos”<sup>33</sup>.

Figura 5 - RUDDY PINHO SORRINDO



FONTE: Instagram<sup>34</sup>

<sup>30</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/antrabrazil/posts/pfbid0YSL4UcxtEDFuQ1RW7ZxtPGpDHR4SJUn8zzei4mQ5PJfXgRW1Qj2s9yZcoHJyXJ2v1>

<sup>31</sup>Acesso a um depoimento de Welluma, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=3kiVou2FHik&ab\\_channel=machoaertadinho](https://www.youtube.com/watch?v=3kiVou2FHik&ab_channel=machoaertadinho)

<sup>32</sup> Coccinelle foi uma mulher transexual, dançarina de cabaré, conhecida por ter sido uma das primeiras mulheres a passar pela cirurgia de redesignação sexual.

<sup>33</sup>Entrevista cedida por Ruddy Pinho a Soraya Belusi, da O Tempo. Disponível em < <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-ruddy-pinho-a-maravilhosa-e-cabeleireira-de-famosas-nos-anos-1980-e-1990>>

<sup>34</sup>Disponível em <<https://www.instagram.com/ruddypinho/>>

Ruddy deu diversas entrevistas e é possível encontrar na internet alguns vídeos nos quais Ruddy fala um pouco sobre a sua vida pessoal e profissional. Em uma dessas entrevistas, ao falar sobre sua inserção em espaços que não estavam disponíveis para as travestis e mulheres transexuais na época, ela afirma:

Convivi desde a nata da sociedade mineira até com as prostitutas da zona boêmia de Belo Horizonte, na época que era um luxo, nos anos 60. O mesmo salão que me recusou em um momento, um ano depois teve que me aceitar, porque até a primeira-dama do governo da época, Berenice Magalhães Pinto, queria arrumar o cabelo comigo. (PINHO, 2007).

Ainda segundo Ruddy Pinho, ao ser questionada sobre a falta de informação das pessoas e o fato de que isso pode levá-las a construir preconceitos, ela diz: “Falta informação, mas, muitas vezes, são as pessoas que não querem ouvir, têm medo que a gente morda. A não ser a Rogéria e eu, você não vê transexuais com inserção social. Nunca vivi em gueto e não acho que esse seja o nosso lugar”(PINHO, 2007).

Ruddy, assim como as travestis apresentadas anteriormente, foi um ícone e deve ter sua história lembrada. Ela faleceu em 2021, e a causa da morte não foi divulgada publicamente.

A última travesti aqui apresentada é Eloína dos Leopardos<sup>35</sup>, considerada a primeira rainha de bateria do Brasil, pela tradicional escola de samba Beija-Flor.

Eloína foi criada por sua madrinha na região do Catumbi, bairro central do Rio de Janeiro, e desde muito cedo já se reconhecia enquanto distinta das pessoas ao redor: “Aos 7 anos, eu já era da pá virada, gostava de brinco, de batom. As pessoas alertavam minha madrinha: ‘Jacira, esse menino não vai dar boa coisa.’ Ela me apoiava”.

Na adolescência, Eloína trabalhou com algumas vedetes, e uma delas tinha o nome de Eloína. O nome se estabeleceu, e Eloína o carregou por todos os lugares que passou. “Em 1966, aos 21 anos, passou num teste promovido pelo produtor Carlos Machado para se apresentar nas boates de Copacabana” (Ana RIBEIRO, 2018). Suas apresentações eram quase sempre de Samba, e junto com Rogéria, Valéria, Jane di Castro, Camille K., Fujica de Holliday, Marquesa e Brigitte de Búzios, Eloína compõe “a primeira geração de artistas travestis do Brasil (RIBEIRO, 2018).

Em 1969, em tempos de ditadura militar, após o golpe militar de 1964, “Eloína e outras atrizes eram obrigadas, sob ordens policiais, a lavar o rosto ou trocar de roupa”(Alan de

---

<sup>35</sup>O seu perfil no Instagram está disponível em: <<https://www.instagram.com/eloinadosleopardos/?hl=pt>>

FARIA, 2022). Nessa mesma época, ela se muda para Paris, se apresentando nas principais boates da cidade. O adjetivo “dos Leopardos”, levado também como uma espécie de sobrenome por Eloína e por quem a conhecia, surgiu depois que Eloína retornou para o Brasil e produziu um show chamado A Noite dos Leopardos, no qual ela se apresentava no palco rodeada de homens, chamados de leopardos. Os homens em questão faziam um show de strip-tease, e “em algum momento do número, ficavam completamente nus” (FARIA, 2022). Ainda, “O show atraiu para a sua plateia nomes como a atriz Liza Minnelli e a cantora Madonna”(ibidem, 2022). O espetáculo ficou em cartaz por dez anos.

Figura 6 - ELOÍNA E OS LEOPARDOS



Eloína criou e comandou o show A Noite dos Leopardos por dez anos

FONTE: Página Oficial da Antra no Instagram<sup>36</sup>

Aos 31 anos, no ano de 1976, Eloína dos Leopardos desfila como rainha da bateria da escola Beija-Flor, de Nilópolis. “O convite para desfilar na escola de Nilópolis surgiu após a sua participação em um concurso de um baile de Carnaval, em 1975, quando, vestida de biquíni branco e penas de faisão também brancas e rosas, ficou em segundo lugar”(Alan de FARIA, 2022). Ela foi descoberta pelo figurinista Viriato Ferreira, conhecido de Joãosinho Trinta, carnavalesco conhecido da época, e responsável pelo convite feito a Eloína.

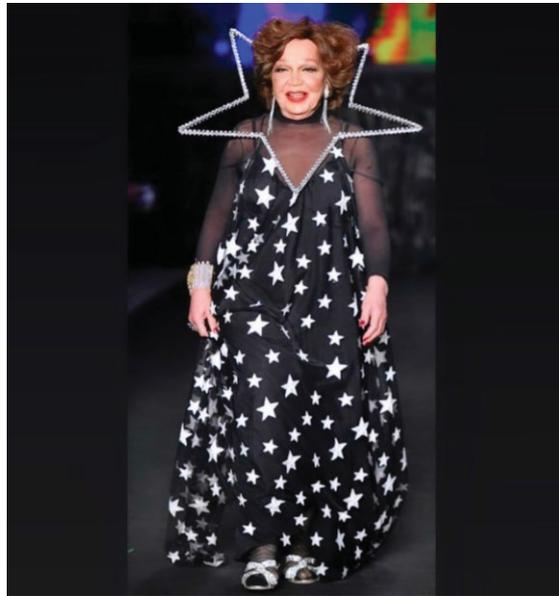
<sup>36</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/Ccv2lwJvh4O/>>

Ter uma travesti como a primeira rainha de bateria da história do carnaval brasileiro é um símbolo da nossa presença e da nossa existência na história do Brasil. Eloína segue sua vida firme, superando a expectativa de vida para nós travestis e mulheres transexuais, com seus 85 anos.

Recentemente, em 2022, Eloína foi convidada para desfilir na São Paulo Fashion Week (SPFW), evento de moda bastante reconhecido. Eloína desfilou para o estilista Walerio Araújo, usando um vestido longo preto, coberto por estrelas, e com um colarinho de estrela que seguia em torno de toda a cabeça.

Sua presença em um evento como a São Paulo Fashion Week, evento de grande proporção midiática, é muito importante, pois nos insere em um novo espaço, em um novo contexto, e nos apresenta enquanto sujeitas pertencentes a esses lugares. Além disso, Eloína representa as travestis e mulheres transexuais para além dos índices, que alcançaram a terceira idade, e que nos mostram que podemos chegar até lá, que a vida adulta e a velhice também são possíveis para nós travestis e mulheres transexuais. Além de Eloína, Walerio Araújo também vestiu Marica Dailyn, também travesti, que é conhecida como bailarina e atriz.

Figura 7 - ELOÍNA DOS LEOPARDOS NA SÃO PAULO FASHION WEEK DE 2022



FONTE: Perfil pessoal de Walerio Araújo no Instagram<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Disponível no perfil pessoal de Walerio Araújo no Instagram:  
<<https://www.instagram.com/p/CeZ1wVXsdfD/>>

Quero me atentar ao fato de que as fotos apresentadas até aqui são, em sua maioria, retiradas das redes sociais, nas quais várias de nós construímos nossas redes de apoio, e nos fortalecemos no encontro com nossos pares. Além disso, parte dos registros mostram essas sujeitas em uma fase já avançada da vida, ativas em suas redes sociais, compartilhando suas vidas, e superando os índices de violência que nos limitam a nem sequer ultrapassar os 30 anos.

## 1.2 MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS

Nossa história também passa por outro viés, o do movimento político e social organizado. Em paralelo a inserção, mesmo que pequena, de travestis e mulheres transexuais em espaços antes inacessíveis, como a TV, o teatro, e alguns espaços do mercado de trabalho, o movimento organizado de travestis e mulheres transexuais ia se estabelecendo de maneira independente, articulado principalmente, e inicialmente, por travestis que se encontravam na prostituição.

Esse movimento, segundo Thiffany Odara, pesquisadora da área da educação e autora do livro *Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação*, se constituiu de maneira independente pois na época, “se torna nítido como as travestis percebem que sua bandeira de luta é de ordens diferentes das bandeiras levantadas pelo movimento gay” (Thiffany ODARA, 2020, p. 64), constituído como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e que já vinha se articulando em coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB), na década de 80.

É importante deixar bastante ressaltar a importância do movimento social não só enquanto articulação de luta por direitos e políticas públicas com foco em mulheres transexuais e travestis, mas também como potência pedagógica.

Os movimentos sociais são espaços de discussão, de articulação e principalmente de produção de conhecimento. Como Nilma Lino Gomes afirma, em seu livro *O Movimento Negro Educador*, movimentos sociais produzem conhecimento, saberes, de um lugar além da norma, de uma posição social não hegemônica, e se colocam como questionadores do conhecimento produzido pela estrutura branca cis-heteronormativa na qual vivemos.

Segundo a autora, movimentos sociais

atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil, se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Nilma Lino GOMES, 2017, p. 16-17).

A educação, seja institucionalizada (escola e universidade), ou em espaços de educação popular, como os movimentos sociais em suas mais diversas formas, como associações e coletivos, tem se desenvolvido enquanto um campo de disputas e de tensionamentos, pelo fato de que, nesses espaços, atravessam diversos corpos, de diversas identidades de gênero, grupos étnico-raciais, classes sociais (GOMES, 2017, p. 25).

Ainda segundo Nilma, o movimento social organizado é produtor de diversos tipos de saberes, relacionados a história, ao corpo e a identidade de pessoas negras. Para ela, existem os saberes identitários, referentes ao reconhecimento de negros e negras enquanto identidade e grupo político; os saberes políticos, que diz respeito ao potencial político das articulações dentro de espaços de disputa como a universidade e a política; os saberes estético-corpóreos, que se relacionam com o posicionamento da população negra, especificamente a mais jovem, em construir sua estética a partir de referenciais históricos de negritude, ligados a ancestralidade, por exemplo.

Esses três saberes se unem, como afirma Lino Gomes, em um saber emancipatório. O conhecimento de si e dos grupos identitários aos quais pertencemos, frente a uma sociedade que busca regular, tolher e extinguir corpos não hegemônicos, tem um potencial pedagógico gigantesco, no sentido de que ensina, reflete e denuncia a estrutura racista na qual vivemos, e suas ferramentas de dominação. Para Nilma, “o corpo negro pode ser entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade, e também como corpo político” (Gomes, 2017, p. 98). Nesse sentido, o corpo negro, ao dizer e significar tantas coisas, enquanto estética, história e cultura, produz saberes.

Para Catherine Walsh, pesquisadora decolonial, os movimentos sociais são cenários de aprendizagem, ‘desaprendizagem’, “reaprendizagem”, reflexão e ação (Catherine WALSH, 2013). As ações e intervenções dos movimentos sociais partem de uma rejeição, uma não conformidade, com o a estrutura de dominação e normatização.

Para a autora,

pedagogías, en este sentido, son las prácticas, estrategias y metodologías que se entretienen con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización (Catherine Walsh, 2013, p. 29).

Da mesma forma, o movimento organizado de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, também tem em seu âmago, um potencial pedagógico. Travestis e mulheres transexuais, através da história, buscaram construir seus corpos e suas realidades a partir do compartilhamento de saberes entre pares, a exemplo do Pajubá, do uso de medicamentos hormonais, e da herança de nomes e sobrenomes dada de uma travesti à outra.

Como nos lembra Letícia Nascimento: “Às pioneiras dos movimentos travestis no Brasil: Jovanna Baby, Beatriz Senegal, Elza Lobão, Monique Du Bavieur e Claudia Pierry France, grata pela resistência” (NASCIMENTO, 2021, s/p). Faço de suas palavras, as minhas. Jovanna Baby hoje, é presidenta do FONATRANS, Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, e é autora de um livro chamado Bajubá Odara, que narra a história do movimento organizado de travestis no Brasil.

Em um documentário intitulado *Jovanna Baby: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil*<sup>38</sup>, Jovanna Cardoso, conhecida por Jovanna Baby, divide informações bastante importantes sobre a construção e o desenvolvimento do movimento organizado de travestis e mulheres transexuais no Brasil, enquanto uma das responsáveis por essas primeiras articulações.

Figura 8 - JOVANNA BABY (1983 EM VITÓRIA - ES)



<sup>38</sup> Disponível na página oficial do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros: <[https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM&t=210s&ab\\_channel=FONATRANS](https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM&t=210s&ab_channel=FONATRANS)>

FONTE: Página Pessoal de Jovanna Cardoso no Instragram<sup>39</sup>

Nas palavras de Jovanna Baby, “Eu sou baiana, do município de Mucuri, aqui bem no extremo sul da Bahia, divisa com o estado do Espírito Santo. Eu comecei a me prostituir a partir dos treze anos. Sofri todos os apuros que uma trans sofre. Fui presa várias vezes sem necessidade de ser presa”.

Jovanna ainda compartilha que por estarem nas ruas, e simplesmente por isso, já eram autuadas pelo crime de vadiagem, “simplesmente por estarem desocupadas, sem ter uma função registrada”. Inclusive ela mesma já foi detida aguardando na fila para assistir um filme em um teatro. Segundo ela “Nós ficávamos muito bem a noite, se prostituindo, mas sair na rua durante o dia, ninguém saía. Tinha que olhar primeiro se não tinha uma viatura parada por perto, pra ir ao supermercado, dai a uma farmácia, ou então pedi alguém pra comprar”. Pelas situações violentas é que, segundo Jovanna Baby, “nossa principal bandeira de luta era sanar de qualquer forma a violência”.

Baby acrescenta que, ao contrário do que se conhece, a história do movimento organizado de travestis não começou em 1992, mas sim em 1979, com a articulação política entre prostitutas que ficou conhecida como Damas da Noite, oficializada em 1981, no Espírito Santo. Segundo ela “Eu falei com a Bianca, ela era prostituta que trabalhava na mesma região que eu trabalhava. Bianca, com todo o tempo que ela tinha durante o dia, ela conseguiu reunir as mulheres e criou a primeira associação de prostitutas daqui da nossa região, oficializada. A Associação das Damas da Noite”. Ainda por Jovanna,

vendo essa força, essa boa vontade das mulheres prostitutas em se organizar, porque elas se organizou muito antes de nós, e o fato que me fez se somar a elas, foi porque eu percebi que com essa dobradinha, a gente ia ter mais acesso aos programas de onde a gente tinha que ir. Se a gente não fosse através do poder público, não teria nada. (BABY)

Segundo Jovanna, a pauta da inserção no mercado formal de trabalho não era uma pauta na época, e o que se reivindicava era a possibilidade de exercer a prostituição sem serem alvos de perseguição da polícia. Além disso, a questão de saúde era também muito importante, em uma época que prostitutas, cisgêneras ou não, não eram atendidas no sistema público de saúde. Ainda, segundo ela “as prostitutas tem importância assim, primordial pra que as travestis se tornassem cidadãs, se tornassem reconhecidas, se tornassem inseridas e se tornassem ativistas militantes”.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CUuuYYBs8jQ/>>

Jovanna Baby, juntamente com outras travestis, entre elas Elza Lobão e Munique Du Bavieur Monique Du Bavieur, decidem se unir para criar um movimento organizado de travestis, com estatuto e registrado em cartório. Segundo Jovanna, no momento do registro no cartório, haviam representantes da televisão no local, para gravar o momento, e ela acredita que o registro só aconteceu em consequência da presença da imprensa. Segundo ela, “o povo do cartório, quando leu o estatuto, quando viu o papel que a gente entregou, o requerimento com os documentos, só registrou mesmo eu acho que porque a televisão tava lá”. Ainda, Jovanna relata o choque dos funcionários do cartório ao verem que o documento em questão se tratava de uma associação de travestis. Assim, em 1992, é fundada a Associação de Travestis e Liberados, a ASTRAL, sendo ela a primeira associação exclusiva de travestis do Brasil e da América Latina.

Liberados segundo Jovanna, se refere aos “rapazes que se vestiam de mulher pra se prostituir, pra sobreviver. Tinha muitos na época, de homens gays que tinham que necessariamente se vestir de mulher pela auto sobrevivência”.

Com a fundação da Associação, o próximo passo foi estabelecer um encontro entre travestis e transexuais do Brasil, que estavam em grande parte articuladas a movimentos de gays e lésbicas. Segundo Keila Simpson, também pioneira no Movimento, “esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde” (Keila SIMPSON, s/d).

Esse encontro, chamado de I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS – ENTLAIDS, aconteceu já no início de 1993, contando com o apoio do Instituto de Estudos da Religião (ISER). O evento foi importante pois contou com a presença de representantes de várias regiões do Brasil, que na época só tinha dois grupos com foco em travestis e com elas ocupando cargos: “além do grupo ASTRAL no Rio de Janeiro havia o Grupo Esperança em Curitiba, ambos com travestis na direção e também como público alvo” (SIMPSON, s/d).

A partir de 1995, com o ENTLAIDS já em sua terceira edição, e com o Movimento já mais estabelecido, novos debates começaram a ser trazidos, como “o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação” (ibidem). Ainda segundo Keila, o maior trunfo que ainda se mantém na Associação, é o da educação entre pares.

Em 1997, em busca de agilizar a movimentação e expandir as discussões, algumas articulações para que o movimento se tornasse nacional, passaram a acontecer. Em função disso, a Astral se tornou, inicialmente Rede Nacional de Travestis, a RENATA, e se

estabeleceu enquanto Rede Nacional de Travestis e Liberados, a RENTRAL, até o ano de 2000.

Em 2000, o nome muda novamente, com o objetivo de se atualizar em relação as mobilizações que foram acontecendo ao longo dos anos. RENTRAL passou a ser chamada de ANTRA, na época Associação Nacional de Transgêneros, nome que passou por alterações, devido a debates em relação ao uso do termo travesti. Segundo Keila Simpson, “Esse termo transgêneros tinha sido bem debatido nos encontros que antecederam essa decisão, e um dos argumentos bem fortes para a aceitação desse termo era a carga pejorativa que a palavra travesti carregava”(ibidem). Em outras palavras, de início foi estabelecido que a palavra travesti não fosse utilizada pelo estigma que ela carregava.

Depois de diversos debates, trazidos por algumas ativistas como Keila Simpson, foi compreendido que o uso do termo era necessário exatamente para que o estigma em torno do termo pudesse ser afastado. Segundo Keila, “Só anos depois a ANTRA conseguiu retirar e modificar a sua nomenclatura para Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Ressalto que as nomenclaturas iniciais do movimento não tiveram registro de pessoa jurídica essa personalidade jurídica só teve registro em cartório no ano de 2002” (ibidem). Hoje, ANTRA se refere a Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Ainda nos anos 2000, graças as articulações feitas pela ANTRA, foi possível estabelecer diversos polos regionais para que os projetos desenvolvidos na e pela associação se espalhassem pelo Brasil. São eles:

Na região norte o projeto foi desenvolvido pela ATRAAM – Associação de Travestis de Manaus/AM., com a assistência da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Diversidade de Boa Vista/RR; na região centro oeste, a responsabilidade coube a Associação de Travestis e Mato Grosso do Sul – ATMS, de Campo Grande/MS e a assistência realizada pela Associação de Gays, Lésbicas e Travestis – ACOGLET de Corumbá/MS.; na região nordeste a Associação de Travestis – ASTRA de Aracajú/SE., ficou com a coordenação e com a assistência a Associação de Travestis de Salvador – ATRAS/BA; enquanto que na região sudeste a Associação de Travestis do Espírito Santo, e como assistente o Grupo Identidade de Campinas/SP.; na região sul a coordenação coube ao Grupo Esperança, de Curitiba/PR e a assistência foi da Associação em Defesa dos Direitos Humanos de Homossexuais – Adeh Nostro Mundo de Florianópolis/SC (SIMPSON, s/d).

Todos esses polos fizeram parte de um projeto chamado TULIPA, que tinha como objetivo capacitar lideranças trans, em relação a questão do HIV/AIDS, e principalmente em relação a direitos humanos.

Após diversos encontros, debates, articulações e principalmente conquistas, a ANTRA permanece sendo a principal representante do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil, juntamente com o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e

Negros, o FONATRANS. Graças a esses coletivos, diversos dos direitos que hoje temos, e lutamos diariamente para manter, se tornaram possíveis de serem almeçados. O que antes talvez não pudesse passar de um sonho, se tornou realidade, e isso graças a travestis e mulheres transexuais que se propuseram a lutar por si mesmas, e por todas como elas. Além disso, essas lideranças foram responsáveis por deslocar a posição de produtoras de conhecimento, e de agentes da informação, que já era estabelecida para pessoas cisgêneras, dentro da área do gênero e da diversidade, principalmente dentro da universidade.

Relembrando o potencial pedagógico dos movimentos sociais organizados, e principalmente da importância do movimento organizado de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, em 2022, Keila Simpson, presidente da ANTRA e importante ativista do movimento, recebeu o título de Doutora Honoris Causa, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A partir desse momento, Keila é, perante a universidade, reconhecida enquanto uma doutora. É importante lembrar que esse título de produtora de conhecimento é de Keila desde sempre, com reconhecimento universitário ou não, por seu potencial de articulação e por seu papel enquanto ativista no movimento social. Keila e tantas outras nos ensinaram, e nos ensinam, existindo, resistindo e denunciando.

Nesse sentido, nosso lugar enquanto pesquisadoras, produtoras de conhecimento, não foi dado a nós no momento no qual ocupamos as instituições de ensino, mas foi conquistado em nossa história, em nossa cultura, e por nossos corpos e vivências.

### **CAPÍTULO 3: TRAVESTIS E MULHERES TRANS FORÇAM A ENTRADA**

Nas últimas duas décadas, com o avanço da tecnologia e a expansão da internet, travestis e homens e mulheres transexuais usam das redes sociais e de plataformas de comunicação como sites e blogs, como forma de compartilhar suas vivências e produzir conteúdo de pesquisa para além da academia, mostrando que o conhecimento científico é muito mais do que as quatro paredes de uma universidade. Produtoras e produtores de conteúdo estudosas e estudiosos como Jonas Maria (@jonasmariia), Maria Clara Araújo (@afrotranscendente), Gabriela Almeida, entre outras e outros, nos últimos anos, estão ocupando o Instagram e o utilizando como plataforma de produção e difusão de conhecimentos a partir de suas perspectivas enquanto pessoas trans e travestis.

Para Leticia Nascimento (2021), o espaço virtual é um espaço muito potente de disseminação de ideias e perspectivas transfeministas. A autora cita como exemplo importante de conquista no espaço virtual, como o facebook e websites, o Transfeminismo, discutido por

pesquisadoras e produtoras de conhecimento como Beatriz Pagliarini Bagagli, Hailey Kaas e Viviane Vergueiro, assim como os conteúdos produzidos nas páginas Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras.

No espírito de mudança trazido pelas travestis do movimento social organizado, principalmente aquelas interessadas em ressignificar o termo travesti enquanto identidade política, proponho também que possamos pensar, dentro dos espaços em disputa, no movimento social e na universidade, um novo uso para os conceitos de intelectual, de pesquisador e pesquisadora, questionando de que maneira o contexto formal da educação, principalmente no ensino superior, manteve a ideia de que apenas alguns corpos podem acessar esses espaços e que apenas alguns indivíduos, especialmente homens brancos cisgêneros e heterossexuais, são capazes de produzir ciência.

Tal proposição considera a possibilidade de que este conceito não seja marcado por um passado (e um presente), branco, masculino, cisgênero e heterossexual sustentado na premissa de uma falsa neutralidade acadêmica, mas que abarque novas possibilidades de produção de conhecimento e de noções de intelectualidade que ultrapassem as paredes das universidades. Um conceito de intelectualidade que não se limite ao ideal imposto pela colonização e que esteja associado às travestis e mulheres sexuais, negras e brancas, bem como a sua luta diária, considerando o fato de que terem negado o direito de acesso ao conhecimento institucionalizado pelo espaço escolar, produzem outras formas de conhecimento, seja nos espaços de prostituição, nas casas noturnas, na arte transformista e principalmente nos movimentos sociais organizados.

A partir dessas reflexões, surge a compreensão de que a presença de travestis e mulheres transexuais, brancas e negras, na universidade, desafia a noção tradicional de quem são os agentes da produção científica, da pesquisa e do impulso acadêmico. Nesse contexto, proponho uma análise detalhada de alguns trabalhos que foram produzidos ao longo da última década por pessoas trans, os quais considero como marcos significativos na produção acadêmica. Esses trabalhos não apenas representam importantes contribuições individuais, mas também inspiraram e abriram caminho para uma série de outras pesquisas que adotam a mesma postura de confronto com as normas estabelecidas e as restrições impostas pelo ambiente universitário.

### 1.3 ESTAMOS EM DISPUTA: PESQUISAS E CONTEXTOS

O objetivo deste capítulo é destacar a importância de três trabalhos específicos, que considero como verdadeiros marcos na pesquisa realizada por mulheres transexuais e travestis ao longo da última década. Essas contribuições tiveram um impacto significativo não apenas dentro de seus respectivos campos, mas também influenciaram outras produções acadêmicas de maneira substancial. Ao trazerem debates essenciais para os domínios da educação e da política, esses trabalhos proporcionaram uma perspectiva singular que enriqueceu áreas de conhecimento como os estudos de gênero e as relações étnico-raciais. Assim, é fundamental explorar o contexto no qual elas foram escritas, pois elas têm desempenhado um papel crucial na ampliação e diversificação das vozes trans e travestis nos discursos acadêmicos, e produziram efeitos imensuráveis.

Os trabalhos escolhidos para serem apreciados são:

- Travestis na escola: Assujeitamento e Resistência à ordem normativa, de Luma Nogueira de Andrade (2012);
- Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade, de Viviane Vergueiro (2015);
- O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação, de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017);

### 1.3.1 Travestis na Escola: um marco na produção travesti

No ano de 2012, na Universidade Federal do Ceará, ocorreu a defesa da tese de doutorado de Luma Nogueira de Andrade, intitulada "Travestis na Escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa". Essa pesquisa pioneira marcou o início de um novo movimento no ambiente acadêmico, que continuou a ganhar força ao longo do tempo: o de travestis pesquisadoras, que não mais eram apenas interlocutoras em pesquisas científicas.

O início da década de 2010 foi marcado por alguns avanços no que tange os direitos de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, no Brasil. Além das portarias e orientações já trazidas anteriormente, que dispunham sobre o uso do nome social para pessoas trans, nos âmbitos da educação, da saúde e da esfera pública no geral, é importante reconhecer a Portaria nº 1612, de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação, que dispunha do uso do nome social no contexto educacional nacional. Em 2013, a portaria que instituiu o Processo Transexualizador no SUS, foi revogada pela portaria nº 2803, também do Ministério da Saúde, ampliando o perfil de pessoas que poderiam ser contempladas, sendo inicialmente apenas mulheres transexuais, e a partir da nova portaria, travestis e homens trans.

O trabalho de Luma serviu como inspiração direta para muitos trabalhos, inclusive o estudo que estou apresentando neste momento. Sua tese abriu caminho para reflexões profundas sobre a experiência das pessoas travestis na escola, abordando as questões a partir da perspectiva de uma travesti pesquisadora, e de interlocutoras que comunicavam suas vivências a uma semelhante. A influência desse trabalho foi fundamental para impulsionar a produção de conhecimento nessa área, pois inaugurava um novo modo de pensar a vivência de travestis, para além do narrado por pessoas cisgêneras.

Luma Nogueira de Andrade conquistou dois marcos significativos no Brasil: ela se tornou a primeira travesti a obter um título de doutorado no país e também a primeira professora universitária travesti. Em uma entrevista concedida à TV Campus UFSM, disponível no YouTube<sup>40</sup>, Luma compartilhou sua história de vida, marcada por uma jornada de luta e superação.

Natural do interior do Ceará, ela cresceu em uma família de pais agricultores que não frequentaram a escola formal, não dominando assim a linguagem escrita. Inscrita em um contexto social elitista e conservador, Luma encontrou na educação uma oportunidade de resistência e transformação. Ela enxergou na busca pelo conhecimento uma forma de desafiar as estruturas opressivas da sociedade brasileira, buscando romper barreiras e quebrar estereótipos. A trajetória da pesquisadora reforça a importância da educação como instrumento de empoderamento e de enfrentamento dos desafios impostos a travestis e pessoas trans no Brasil.

Para Luma, a atribuição dos títulos a ela desperta sentimentos ambivalentes. Por um lado, há uma grande alegria e orgulho pela conquista alcançada, representando o reconhecimento de sua dedicação, esforço e capacidade intelectual. Por outro lado, esses mesmos títulos também são acompanhados de uma profunda tristeza, uma vez que muitas de suas semelhantes, outras travestis e mulheres transexuais, não tiveram sequer acesso à educação básica. Ela reconhece a imensa disparidade e as barreiras sociais que impedem que travestis e mulheres transexuais e travestis tenha oportunidades iguais de educação.

Na mesma entrevista, Luma comenta sobre a decisão favorável da Universidade Federal de Santa Maria, para a qual estava falando, quanto ao uso do nome social para travestis e pessoas trans. Ela parabeniza a universidade e o reitor pela iniciativa, reforçando

---

<sup>40</sup> Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=JtWRi-oz75I&ab\\_channel=TVCampusUFSM](https://www.youtube.com/watch?v=JtWRi-oz75I&ab_channel=TVCampusUFSM)>. Acesso em: 10/06/2023

que a decisão foi unânime pelo Conselho Universitário (colegiado máximo de deliberação coletiva) da instituição.

O nome social caracteriza-se por uma identificação pessoal, ou seja, o nome pelo qual a pessoa se identifica. O seu uso, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional, foi disposto pelo Decreto n. 8.727/2016, assim como o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais (BRASIL, 2016).

Em 2012, ano da defesa de doutorado de Luma, o uso do nome social por travestis e pessoas trans nas universidades ainda estava em processo de reconhecimento e implementação enquanto política afirmativa. Embora algumas instituições de ensino superior já estivessem discutindo e adotando políticas de respeito à identidade de gênero, é importante ressaltar que a discussão em torno do direito ao uso nome social, bem como ao uso do banheiro de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identificava variava entre as universidades. Não existia, e ainda não existe uma uniformidade ou uma legislação nacional regulamentando o uso do nome social nas universidades e os documentos oficiais que nos garantem algum direito são identificados em portarias e/ou pareceres publicados pelo Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, as portarias como a do MEC, que possibilitam também fornece embasamento jurídico. Assim, cada instituição tem, em certa medida, autonomia para estabelecer suas próprias diretrizes e normas a esse respeito.

A Portaria Nº 1.612 do MEC publicada 18 de novembro de 2011, traz as seguintes informações:

CONSIDERANDO os princípios dos direitos humanos consagrados em instrumentos internacionais, especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001);

CONSIDERANDO o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Transgêneros, Transexuais e Bissexuais e de Promoção da Cidadania Homossexual, denominado “Brasil Sem Homofobia”;

CONSIDERANDO as resoluções da Conferência Nacional de Educação – Conae 2010 quanto ao gênero e a diversidade sexual;

Art. 1º Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis, nos termos desta portaria, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação (BRASIL, 2011).

Antes da publicação de portaria, porém, algumas universidades já vinham adotando alguma política relativas ao direito do uso do nome social, como por exemplo, a Universidade Federal do Amapá, que aprovou em 2009 uma resolução garantindo esse direito para estudantes travestis e transexuais. Em 2012, um estudante da Universidade de Brasília, Marcelo Caetano, já usava o nome social no espaço acadêmico. No seu caso, houve

problemas que afetaram diretamente sua formação, pois o sistema de notas só aceitava seu nome civil. Duas semanas antes de sua formatura, o sistema o reconhecia como aluno desligado da instituição<sup>41</sup>.

É necessário destacar que em 2012, o Brasil estava sob a presidência de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse período foi marcado por uma intensificação dos debates sobre questões sociais, econômicas e ambientais, o que contribuiu para uma polarização política crescente. No governo Dilma, diversas posturas e ações foram tomadas, para o avanço de políticas públicas para a comunidade LGBT, e também para pessoas trans, a exemplo da ampliação do atendimento do Disque 100.

Em maio de 2010,

o Disque 100, Mecanismo de captação de denúncias sobre as violações de direitos humanos do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Justiça e Cidadania, criou o módulo LGBT para receber denúncias de violências contra esse segmento (Meggy Rayara Gomes de Oliveira e Oliveira, s/d, s/p).

Um ano depois, foi elaborado o 1º Relatório sobre Violência “Homofóbica” no Brasil e realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.

Porém, contrariando as reivindicações do Movimento LGBT, ainda em 2011, Dilma Rousseff suspendeu o programa “Escola sem Homofobia”, alegando que seu governo não faria “propaganda de opção sexual”. Tratava-se de uma concessão à bancada evangélica, para tentar salvar o então Ministro Palocci de ter de explicar sua evolução patrimonial.

Ainda em 2011 Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) conferiu interpretação conforme a constituição ao art. 1.723 do Código Civil e possibilitou a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo e/ou do mesmo gênero.

Como parte dos avanços relativos aos direitos humanos no período em que Luma Nogueira se preparava para defender seu doutorado, destaco a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), sancionada em 2012.

Essa lei estabeleceu a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas em universidades federais e institutos federais de ensino técnico. A implementação da Lei de Cotas teve um impacto significativo na composição do corpo discente das universidades. Ela contribuiu para aumentar a diversidade e a representatividade

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>.

de grupos historicamente marginalizados, promovendo uma maior inclusão social, e um acesso ao ensino superior que antes era muito dificultado para pessoas que não eram brancas.

É importante lembrar aqui, que essas conquistas não são presentes dados pela branquitude cisgênera a pessoas negras e pessoas trans, e sim resultado de lutas e disputas constantes do movimento social e de pesquisadoras e pesquisadores engajados dentro do espaço acadêmico.

No âmbito econômico, o país enfrentou desafios relacionados à desaceleração do crescimento, inflação e questões fiscais. A administração de Dilma Rousseff implementou medidas para estimular a economia e enfrentar os impactos da crise financeira global. No entanto, a partir do ano seguinte, o Brasil entrou em uma profunda crise política, com manifestações em diversas partes do país, culminando no impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Nesse contexto, a presença de um governo de esquerda, com pautas progressistas e foco na garantia de direitos, pode ter dado uma falsa sensação de segurança para parte da população. No entanto, a realidade era de uma situação política extremamente polarizada e instável, o que impactou diretamente a vida das pessoas.

A educação é um reflexo dessas disputas e polarizações sociais. Como instituição, a escola desempenha um papel crucial na formação dos alunos como cidadãos, exercendo um impacto significativo em suas experiências pessoais e no desenvolvimento de suas identidades. No âmbito da experiência de pessoas trans na educação, a falta de políticas específicas e de conscientização por parte das instituições de ensino contribuía para a exclusão e a invisibilidade dessas sujeitas.

Luma apresenta uma realidade com esperança e resistência, ao apresentar em sua tese, interlocutoras que colocavam em cheque a narrativa única de travestis, que é a da rua, da prostituição e da tristeza.

Segundo Luma,

As jovens travestis comparadas às travestis adultas também revelam uma ruptura com os estereótipos de travesti —imobilizada pela sociedade; elas radicalizam este ideal de travesti no singular para fazer eclodir formas de travestilidades diversas. Mesmo consideradas à margem da sociedade, elas sobrevivem, a exemplo das travestis estudantes, funcionárias públicas, educadoras, etc. A imagem socialmente exposta é aquela em que a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída à prostituição. Esse modelo, obviamente, não deixou de existir, mas as travestis não estão presas a este —destino. A realidade atual das jovens travestis traz mudanças decorridas dos enfrentamentos e lutas travadas por travestis no decorrer da história recente (ANDRADE, 2012, p. 15).

Na época, como há décadas atrás, a exemplo de Eloína, Welluma e outras tantas, as travestis sempre resistiram à imposição de um único destino imposto sobre elas de forma coercitiva, desde a imposição das normas de gênero, até as narrativas únicas de vida. É crucial reconhecer que nem todas conseguiram, devido a diversos fatores, deixar a marginalidade e trilhar caminhos diferentes. No entanto, é importante destacar que outras narrativas podem servir como fonte de inspiração para que essas indivíduos possam vislumbrar novas possibilidades e horizontes futuros.

Luma Andrade (2012), afirma que não tem como objetivo, com seu trabalho, questionar produções anteriores sobre a experiência de travestis, até então baseadas em narrativas de prostituição, mas sim apresentar novos horizontes para a compreensão desses corpos. Para ela, “quanto mais diversificado for o campo de estudo sobre as travestis, maior será a possibilidade de compreendê-las” (ANDRADE, 2012, p.17). Essa afirmação inspira e instiga os campos de pesquisa a pensarem novas formas de abordar temas relacionados a vivências de travestis e mulheres transexuais.

### 1.3.2 Cisgeneridade: um conceito transformador

Três anos depois da tese de Luma ter sido defendida, em 2015, Viviane Vergueiro, pesquisadora travesti, que se reconhecia no momento de sua pesquisa enquanto mulher transexual, defende sua dissertação de mestrado intitulada *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* (2015).

Essa dissertação une diversos campos de pesquisa, e traz para a discussão termos que são cruciais para a compreensão do transfeminismo e de diversas pautas de travestis e mulheres transexuais. Viviane apresenta possibilidades epistêmicas e metodológicas bastante diversas, e que estão em diálogo para a produção da tese de sua pesquisa: interseccionalidade, transfeminismo, teoria queer, branquitude e heteronormatividade.

Em um trecho de sua introdução, Viviane marca de maneira bastante instigante, duas indagações em relação a produção de seu trabalho, e de sua identidade enquanto uma mulher transexual. Por Viviane:

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se fala sobre elas, fala sobre elas para quem, e para quê? (VERGUEIRO, 2015, p. 22).

Esse trecho demonstra que, o lugar da travesti e da mulher transexual na universidade, ainda se encontra nebuloso. A linha entre o produzir e o ser parece não poder ser ultrapassada, e isso segue em disputa até hoje. Lembro de quando Richard Miskolci, pesquisador de gênero, homem, gay, cisgênero e branco, questiona o embasamento de pesquisas produzidas por pessoas trans, e coloca o discurso travesti e de mulheres transexuais em um lugar de opressor, que hierarquiza e que quer ganhar espaço acima de outras identidades.

O pesquisador, em um comentário extremamente maldoso, afirma que:

Tais noções de cis/cisnormatividade não têm bases epistemológicas, tampouco empíricas. Então, cabe perguntar: por que se disseminaram? Atendem a quais interesses? É plausível a hipótese de que visam estabelecer uma hierarquia interna ao campo de pesquisa e do ativismo em que homens gays, mulheres lésbicas e bissexuais sejam secundarizados, já que seriam “cis” e, nessa linha de raciocínio, supostamente mais próximos da “normalidade” (BARRETO, 2021).

É perceptível pela fala do sujeito, que ele nem sequer teve o esforço de ler trabalhos produzidos por pessoas trans, como o de Viviane Vergueiro, pois se tivesse lido, não teria afirmado algo tão falso e oportunista. O espaço da universidade sempre foi de pessoas brancas e cisgêneras, e as experiências de pessoas trans e de pessoas negras, sempre foram contadas a partir de sua ótica. Quando o protagonismo é tomado de volta por quem o tem por direito, esses sujeitos, que construíram suas carreiras falando de experiências alheias as suas, se sentem ameaçados e tentam, a todo custo, menosprezar a produção e a construção de conhecimento desses protagonistas.

O trabalho de Viviane Vergueiro se destaca pelo seu engajamento com diversos campos de pesquisa, incluindo a teoria queer, o transfeminismo e os estudos decoloniais. Essa abordagem interdisciplinar permite que a autora explore de forma abrangente as questões de gênero, e apresente o conceito de cisgeneridade e seus ideais estruturantes, sempre pensando em experiências de corpos e identidades de gênero não conformes.

Viviane escreve seu trabalho em um contexto político bastante conflituoso. Em 2015, o Brasil vivenciou um cenário político conturbado e marcado por uma série de eventos que tiveram impacto significativo no país.

Um dos principais acontecimentos políticos em 2015 foi a eclosão de uma profunda crise econômica. O país enfrentou um declínio no crescimento econômico, alta inflação e problemas fiscais, que desencadearam uma série de medidas de austeridade e ajustes

econômicos por parte do governo. Essas medidas, por sua vez, geraram insatisfação popular e tensões políticas.

Além disso, a operação "Lava Jato", uma investigação de corrupção sem precedentes, ganhou destaque em 2015. A operação revelou um esquema generalizado de corrupção envolvendo políticos, empresários e estatais, abalando as estruturas políticas do país e levando à prisão de várias figuras importantes. A crise política se intensificou ao longo de 2015, com protestos em massa em várias cidades brasileiras. O país ficou dividido entre aqueles que apoiavam o governo de Dilma Rousseff e aqueles que pediam seu impeachment. As tensões políticas e a polarização se acentuaram, criando um clima de instabilidade e incerteza no país.

Em dezembro de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, acusando-a de irregularidades fiscais. Essa decisão levou a um processo longo e tumultuado, que culminou no afastamento de Dilma da presidência em 2016.

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o Brasil começou a experimentar um crescimento significativo da extrema direita. O processo de impeachment foi altamente polarizador e abriu espaço para uma narrativa conservadora e anti-petista, que foi aproveitada por diversos líderes políticos de direita.

Esse período foi marcado pelo fortalecimento de figuras políticas de extrema direita, como Jair Bolsonaro, que foi eleito presidente do Brasil em 2018. Bolsonaro se destacou por suas posições autoritárias, discursos controversos e propostas conservadoras em relação a temas como direitos humanos, meio ambiente, diversidade e políticas sociais. Vale lembrar da fala de Bolsonaro ao se declarar na votação para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no qual ele fez questão de lembrar e enaltecer um torturador da época da ditadura.

A ascensão da extrema direita no Brasil foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo a insatisfação com a corrupção política, a crise econômica, a polarização política e o uso eficiente das redes sociais para disseminar mensagens falsas e sensacionalistas.

O governo de Dilma Rousseff foi marcado por uma agenda progressista em relação aos direitos humanos, incluindo direitos LGBT. No entanto, o cenário político também foi caracterizado por uma crescente influência de grupos conservadores e religiosos, que frequentemente se opunham as pautas referentes a diversidade. A bancada evangélica no Congresso Nacional, por exemplo, ganhou mais força e passou a atuar de forma mais articulada na defesa de suas pautas conservadoras, o que muitas vezes incluía a oposição aos direitos LGBT.

Essa polarização política teve reflexos diretos na legislação e nas políticas relacionadas a essa população. Em 2015, por exemplo, foi apresentado o Estatuto da Família, que definia a família como a união entre um homem e uma mulher, excluindo outras configurações familiares, como casais do mesmo sexo. Além disso, vários projetos de lei contrários a diversidade foram propostos e debatidos.

O avanço dos discursos conservadores, e o reflexo disso no campo político, principalmente na eleição de candidatos de extrema direita, religiosos e ligados ao militarismo e/ou ao agronegócio, foi influenciado diretamente pelo uso das redes sociais, e a disseminação de informações falsas, de maneira desenfreada.

Um ambiente político conturbado pode aumentar a propagação de desinformação, uma vez que as pessoas estão mais suscetíveis a acreditar e compartilhar informações falsas quando estão emocionalmente engajadas ou quando têm suas visões reforçadas por fontes que consideram confiáveis. Aplicativos como Facebook, Whatsapp e Telegram foram muito utilizados, pois são espaços onde informações falsas podem se espalhar rapidamente e atingir um grande número de pessoas em pouco tempo. As redes sociais muitas vezes usam algoritmos que priorizam conteúdos com maior engajamento, favorecendo assim a divulgação de notícias sensacionalistas, e principalmente, com discursos aparentemente articulados e bem embasados.

Além de um cenário político bastante conturbado, o contexto acadêmico no qual Viviane Vergueiro escreve sua dissertação, ainda se mostra reativo a presença de corpos dissidentes como o de mulheres transexuais e travestis, principalmente quando essas pessoas decidem falar de suas vivências.

Em um sub-capítulo de sua dissertação, Viviane fala sobre a “domesticação des natives de gênero”, e como o espaço da universidade segue sendo um lugar que produz violências contra mulheres transexuais e travestis, e corpos que fogem do padrão cisheteronormativo, não só de maneira institucional e descarada, mas também em sutis comentários e falas.

A exemplo de perguntas invasivas como a necessidade ou não de cirurgia, ou a culpabilização de mulheres transexuais e travestis como quem reproduz e reforça estereótipos de gênero, e principalmente sobre uma forçada tentativa de adequação do produzir e pensar de pessoas trans a norma acadêmica, a universidade segue tentando “domesticar” nossos corpos.

Como afirma Viviane, “O elefante branco da cisnormatividade não pode mais se esconder atrás de conceitos como ‘heteronormatividade’, ‘pessoas biológicas’, ‘pessoas cromossômicas’, ‘pessoas genéticas’”(VERGUEIRO, 2015, p. 178). O discurso acadêmico

tenta a todo custo manter seu lugar de intocável, utilizando de conceitos e teorias que possam embasar seus preconceitos, suas normatizações e sua recusa a pessoas que fogem da norma.

Viviane Vergueiro, de maneira muito potente, relembra que, apesar de, em vários momentos, a academia vender uma imagem de progressista e engajada em discussões pertinentes, o enfrentamento de pessoas transexuais e travestis, de pessoas negras, indígenas, é real, e não é pacífico.

Para a autora:

Ninguém deve prever, afinal, que descolonizar(-se) é um exercício tranquilo. Historicamente, envolve(u) sangue demais; talvez a esperança de encarar as descolonizações também como processos de transformação cultural esteja no fato de que, porjah, tenhamos potência suficiente para pensar em revoluções não sangrentas. Mas sei não: não parece estar sendo fácil para ninguém. E a perspectiva histórica, não obstante tudo aquilo que sua oficialidade e colonialidade acadêmica mascara, não nos permite duvidar que mesmo algumas mínimas transformações decoloniais foram banhadas em sangue, através das injustiças sistêmicas interseccionais que definiam que corpos seriam fonte para estes banhos brutais: sim, corpos negros, 'de cores', indígenas de tantas cosmogonias, nas margens das corporalidades, sexualidades e identidades de gênero, fora dos moralismos 'caridosos' e também assassinos (VERGUEIRO, 20165, p. 178).

Esse parágrafo reforça que o lugar de mulheres transexuais e travestis na universidade não está dado, nem garantido, e que seguimos no enfrentamento. Estamos derrubando a porta da academia com os dois pés e, como sempre fala Megg Rayara, sem pedir licença.

### 1.3.3 Nos chamam de diabo pois atormentamos a norma

Em 2017, Megg Rayara Gomes de Oliveira apresenta sua tese de doutorado, *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. No trabalho, Megg traz a narrativa de professores negros, gays, atuantes na escola pública, a partir de (auto)biografias, demonstrando a importância de que vivências sejam contadas e compartilhadas pelas pessoas que as experienciaram.

A tese de Megg traz para os campos de pesquisa com os quais ela dialoga, articulações importantes, como o uso da interseccionalidade como mecanismo de análise das estruturas sociais que atravessam, ao mesmo tempo, a negritude e a homossexualidade, e também o uso de conceitos como preto/a, viado e bicha, enquanto categorias analíticas, que não só adjetivam experiências, mas que denunciam normatividades. Além de falar de experiências de corpos que não se encontram no padrão hegemônico, a autora ainda localiza as narrativas no espaço escolar, que segue sendo um campo de disputa e de discussões.

O trabalho desenvolvido por Megg, e sua presença na universidade enquanto, na época, doutoranda e professora substituta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de demonstrarem uma grande conquista e uma inspiração para outras pesquisadoras transexuais e travestis, também denuncia a reação transfóbica da cisgeneridade branca.

Assim como outras intelectuais, Megg afirma que estar na universidade é um lugar de disputa e de resistência, uma vez que esse espaço é dominado por pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais, que muitas vezes constroem suas carreiras utilizando corpos transexuais e travestis como objetos de pesquisa, cobaias, sempre pela ótica da marginalização, da violência, e da estagnação.

Megg afirma que a ocupação do espaço acadêmico por travestis e mulheres transexuais pesquisadoras, ainda que pequeno, não agradou parte dos pesquisadores e das pesquisadoras de gênero que são cisgêneros. Para ela:

A conquista dessas pesquisadoras, celebrada por boa parte da academia, fez, no entanto, que algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores de gênero produzissem ataques contra elas, justamente por conta do deslocamento que elas vêm produzindo. Ou seja, até recentemente, pesquisadoras e pesquisadores cisgêneros dominavam todos os espaços nos estudos de gênero e, agora, se veem diante de pessoas que até então eram tratadas como “objetos” de estudos, disputando narrativas e produzindo epistemologias (Vilma Nonato de BRICIO, 2021, p. 9).

Essa postura reativa da cisgeneridade branca acadêmica reflete também o discurso da sociedade no geral, no que diz respeito a presença de mulheres transexuais e travestis, brancas e principalmente negras, em outros âmbitos.

O cenário no qual o Brasil se encontrava em 2017, ano que Megg defendia sua tese, não era muito promissor, principalmente em relação a diversidade e direitos humanos. O discurso conservador, que teve um fortalecimento nas fissuras abertas pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seguia forte. Em 2018, ano seguinte a defesa da tese de Megg, Jair Bolsonaro viria a ser eleito como presidente do Brasil.

Sua campanha foi marcada por falsas promessas de ordem e de combate à corrupção. No entanto, o que mais fortaleceu a figura de Bolsonaro, e de outras figuras que defendiam discursos violentos e preconceituosos, como Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, e J.K. Rowling, escritora dos livros da famosa saga Harry Potter, no Reino Unido, foram suas opiniões em relação a comunidade LGBT, em especial a pessoas trans.

Falsas informações sobre o uso do banheiro pela população trans, sobre questões de acesso a saúde e principalmente sobre infâncias, fizeram com que esses políticos e figuras influentes ganhassem notoriedade e confiança de uma parcela da população que reconhecia

mulheres transexuais e travestis no lugar de agressoras sexuais, que estariam à espreita aguardando o momento de violentar mulheres cisgêneras e crianças em banheiros, e influenciar crianças a fazerem a transição de gênero.

O momento político no qual o Brasil se encontrava, e que seguiria pelos próximos anos, traziam a pessoas transfóbicas e racistas segurança para defenderem seus discursos de maneira escancarada, sem punições. Megg (BRICIO, 2021) afirma que a sensação de impunidade trazida pelos governos que sucederam o de Dilma Rousseff, na figura de Michel Temer e principalmente de Jair Bolsonaro, possibilitou que práticas e declarações racistas e transfóbicas pudessem ser feitas sem que a justiça brasileira se colocasse contra isso. Além disso, para a pesquisadora, a Justiça Brasileira é cúmplice de desigualdades por ser constituída em sua maioria por pessoas brancas, cisgêneras e heterossexuais, que buscam sempre proteger seus pares.

A retórica conservadora que tutelou muitas das práticas racistas e transfóbicas nesses últimos anos, tem também base religiosa. Políticos e pessoas influentes de direita, em sua maioria cristãos, utilizaram a população LGBT, em especial pessoas trans, como bode expiatório, como agentes da destruição da instituição familiar e das infâncias.

Em sua tese de Doutorado, de maneira bastante interessante, Megg Rayara articula a imagem e a ideia de Diabo, figura demonizada e oposta a Deus pela cultura cristã, e as identidades não hegemônicas de bichas e viados negros. Para a autora, o Diabo ganha a cor preta como reflexo de sua feiura e sua oposição a beleza branca e clara dos anjos. Além disso, essa figura passa a representar a homossexualidade como desvio e sendo contraponto da natureza heterossexual defendida pelo cristianismo.

A figura do Diabo, para Megg, pode ser analisada em um ponto de vista pedagógico. Ela descreve em uma parte de sua pesquisa como o Diabo foi utilizado por sua família, em especial por sua mãe, para a ensinar sobre normas sociais, utilizando essa figura como a contraposição ao certo, ao moral, ao que não deveria ser feito.

Em um trecho, ao pensar como o Diabo é colocado como uma figura que transita de maneira estratégica para chegar aos seus objetivos, assumindo diversas formas e imagens, a pesquisadora diz:

As múltiplas maneiras de se apresentar fazem com que o Diabo circule com certa tranquilidade, ainda que esteja sob uma vigilância constante. Seus disfarces não representam um ajustamento, mas uma estratégia de existência em uma sociedade monocultural, do ponto de vista religioso e racial, modelada a partir de uma visão cristã europeia (OLIVEIRA, 2017, p. 19).

A figura do Diabo enquanto aquele que desvia da moral, que influencia ao erro, que procura quem foge dos preceitos cristãos, pode ser revista.

Explorar a figura do Diabo como uma entidade excluída, alguém que não se enquadra nas normas do que é considerado correto, moral ou digno de Deus, e que é relegado à escuridão, buscando táticas estratégicas para subsistir entre os seres humanos, revela-se uma abordagem bastante elucidativa ao analisar as normas de gênero que regulam nossos corpos. A representação do Diabo como marginal ressoa com a experiência de corpos não hegemônicos, situados de forma análoga na sociedade, e que são constantemente insultados utilizando essa mesma figura. A imagem do Diabo, no lugar de à margem da beleza e pureza divina de Deus, nos possibilita apontar para as formas de marginalização e discriminação enfrentadas por corpos que desafiam a norma cisgênera, branca e heterossexual.

O trabalho de Megg denuncia também os mecanismos de poder utilizados pela igreja, para manutenção de suas ideias por meio da culpa, do pecado e do medo. Ao reconhecer esses mecanismos, assim como quando utilizando conceitos como cisgeneridade e branquitude como categorias de análise, é possível desmascaram a norma, e coloca-la no holofote, longe do lugar de “natural”, de essência, no qual a tentam manter.

No contexto da produção da tese de Megg, é possível perceber que esse discurso religioso, o cenário político da época, e também a cumplicidade da universidade e da educação para com a norma, fizeram com que a experiência de mulheres transexuais e travestis seguisse sendo dificultada e cerceada. Apesar disso, não foi possível frear as conquistas, mesmo que possam ser consideradas pequenas, de mulheres transexuais e travestis, tanto na universidade, quanto na política e na cultura.

Mesmo em um cenário desolador trazido pelo governo genocida e violento que experienciamos a partir de 2018, e um contexto mundial que seguia no mesmo caminho, Megg Rayara Gomes de Oliveira se tornava a primeira travesti negra doutora do país, Erika Hilton construía sua carreira na política para anos mais tarde se tornar a vereadora mais votada de São Paulo, a série Pose era lançada, com seu elenco fixo constituído em sua maioria de travestis e mulheres transexuais, e eu, inserida no meu contexto, conquistava minha retificação de nome e gênero no cartório, reafirmando mais uma vez meu lugar no mundo e minha identidade enquanto mulher transexual.

Nas palavras de Megg Rayara, pensando também em experiências transexuais e travestis,

Ainda assim, afirmo que esse projeto, que esse investimento, está fadado ao fracasso. A bicha resiste e, à medida que se distancia da infância, vai escancarando a certeza de que a cis heterossexualidade não pode atingi-la. A cis heterossexualidade

só pode ser um projeto bem-sucedido quando aplicado sobre corpos predispostos a ela. A bicha não pode ser eliminada, ainda que se finja de morta, faça de conta que está em vias de ser eliminada. Quando menos se espera, ela desfaz os laços de fita que tentam aprisioná-la e se lança maravilhosa mundo afora. Uma existência de embates. De lutas. De estratégias (OLIVEIRA, 2017, p. 140).

Inspirada por Megg Rayara, eu digo:

Pois se somos o Diabo, que sigamos infernizando a norma.

#### 1.4 O INCOMODO SEGUE, E SEGUIMOS INCOMODANDO

Nossa presença no espaço acadêmico segue sendo de enfrentamento e de disputa, pois o lugar imaculado da branquitude cisgenera e heterossexual ainda é protegido mesmo por pesquisadores e pesquisadoras que construíram suas carreiras discutindo as experiências e vivências de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas. O campo dos estudos de gênero, principalmente dentro de algumas perspectivas, a exemplo da Teoria Queer, foi e ainda é um lugar de refúgio para alguns oportunistas.

As pesquisas desenvolvidas por intelectuais travestis e transexuais ainda são colocadas em cheque, com as mais diversas justificativas oportunistas, violentas e extremamente perversas, argumentando (de maneira extremamente patética e reacionária), que autoras travestis e transexuais não possuem rigor acadêmico e embasamento epistemológico, e até mesmo alegando que buscamos hierarquizar as discussões dentro do campo dos estudos de gênero, secundarizando outras pautas.

A tentativa da cisgeneridade branca de silenciar pesquisadoras travestis e transexuais, principalmente vindo de pessoas oportunistas, que se agarram na universidade através de seus privilégios de raça, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, não é mais sutil. Como denuncia Viviane Vergueiro, “O elefante branco da cisnormatividade não pode mais se esconder” (VERGUEIRO, 2015, p. 178). O elefante branco, é também cisgênero, e aqui não incluo que é masculino e nem heterossexual, pois nos últimos anos, com nossa presença infernizando a norma, até mesmo mulheres pesquisadoras e pesquisadores homossexuais ousaram nos silenciar. Viviane nos traz um questionamento que é bastante produtivo e que não deve deixar de ser feito:

Cabe perguntar por que razão a academia não está pensando a partir (e não olhando de fora) das resistências de rua das travestis, dos ativismos transexuais e travestis, dos ativismos de homens trans, dos ativismos não binários, dos transfeminismos e tantas outras ações de resistência de gênero... aliás, onde estamos nas suas referências bibliográficas, já havendo tantas pessoas trans\* mundo afora publicando academicamente também? (VERGUEIRO, 2016, p. 191-192).

Para além da Universidade, também continuam os ataques, silenciamentos e cerceamentos contra a população de travestis e mulheres transexuais no Brasil. Durante o governo Bolsonaro, políticos tentaram, incansavelmente, apresentar projetos de leis que invalidam, violentam e deslegitimam nossas identidades e vivências.

Segundo um levantamento da Folha de São Paulo<sup>42</sup>, o Brasil tem pelo menos um projeto de lei antitrans por dia, e apenas no ano de 2023, que ainda não se encerrou, 69 projetos de lei foram apresentados nas três esferas (federal, estadual e municipal)<sup>43</sup>. Os discursos violentos de que mulheres transexuais e travestis são predadoras sexuais e que planejam acabar com a inocência de crianças segue sendo utilizado, e ao que me parece, não perderá força tão cedo. Em 2023, estamos sofrendo um retrocesso com discussões acerca da revogação do direito do casamento por pessoas do mesmo gênero, que se fortalecem em várias regiões do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, pesquisadoras, saindo da condição de cobaias, de objetos de pesquisa e tornando-se agentes de suas próprias produções, segue sendo trilhado, pois ainda existem histórias a serem contadas, questões a serem discutidas, e principalmente, lugares para serem explorados.

As pesquisas desenvolvidas por travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, vêm trazendo avanços para campos de pesquisa que pareciam estar estagnados (e talvez propositalmente estagnados), dismantelando conceitos já datados, e propondo novas análises, partindo de nossas epistemologias e experiências de vida. O conceito de cisgeneridade, por

---

<sup>42</sup>Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1X0Rx7wZvaC4ecRG4WJuYaENCzHxcxd6tvrXRzT5RqN0/edit#gid=0>>.

<sup>43</sup> Para saber mais: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/03/21/noticia-diversidade,1471373/brasil-tem-um-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>>.

exemplo, desloca as discussões referentes ao feminismo, a teoria queer, aos estudos de gênero, para um novo lugar, pois desnaturaliza uma norma que até então passava despercebida, uma vez que “no Brasil e na maior parte do mundo, o grupo cisgênero branco heterossexual continua ocupando um lugar de referência e a cigeneridade heterossexual e a branquidade tratadas como algo dado, naturais e que raramente são problematizadas” (OLIVEIRA, 2023).

A influência do feminismo negro, o conceito de genealogia proposto por Michel Foucault e o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica e, principalmente, o transfeminismo, potencializam pesquisas transcêntricas e servem de instrumento para que possamos revisitar a história e reescrevê-la de forma a compreender vivências que antes eram silenciadas e propositadamente escondidas.

O silêncio, de acordo com Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023), a respeito da cigeneridade branca, atua para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade e também para negar a existência plena de travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, produzindo invisibilidade e sub-representação no espaço acadêmico.

Denunciar esse silenciamento não é responsabilidade exclusiva de travestis e/ou mulheres transexuais, uma vez que eles não atingem apenas ao nosso grupo de pertencimento. Assim, revelar as hipocrisias e barreiras estruturais nas quais ainda vivemos, impacta a sociedade como um todo.

O transfeminismo oferece uma lente crítica valiosa para a pesquisa acadêmica, pelo seu potencial de análise da história, das relações sociais, e principalmente, das normas regulatórias de gênero, deslocando o foco de investigação nas pesquisas.

Assim como demonstra o conceito de *Outsider Within*, de Patricia Hill Collins, que descreve a posição única da mulher negra em relação à sociedade branca, o transfeminismo também reconhece para travestis e mulheres transexuais, negras e brancas, um entre-lugar, uma experiência particular para com a cigeneridade, que proporciona um outro olhar para as normas de gênero.

Ao olhar para a história da humanidade, considerando suas lacunas, pelos seus silêncios, a partir do transfeminismo, é possível denunciar a distorção histórica na qual nos acostumamos a viver, na qual experiências não-hegemônicas não existem, e por isso, são demonizadas, deslegitimadas e principalmente, interrompidas. Além disso, revisitar a história nos possibilita dismantelar histórias únicas, revelando as tentativas da cigeneridade branca masculina, e heterossexual de reduzir nossas vidas ao fracasso, a marginalidade, e a violência.

Histórias únicas são perigosas, pois legitimam violências e encarceram pessoas, literal e figurativamente, em grades, para cercear suas identidades. Impedir que diversos pontos de vista da história, a pensar em experiências travestis, transexuais, pretas, indígenas, periféricas, para além do contexto europeu e estadunidense, sejam apreciados, torna mais difícil para que pessoas que não vivem/se reconhecem na norma, possam se encontrar e se reconhecer em si mesmas.

Encontrar meu lugar no mundo, sentir que eu pertencia a algum lugar sempre foi uma questão. Sentir-me deslocada em todos os espaços só dificultava o caminho até esse lugar. E por boa parte da minha vida, o sentimento que me guiava era o de que eu estava vivendo um hiato, um intervalo de tempo entre a minha infância, que guardo como preciosa em meu coração, e um futuro que eu não sabia quando ia chegar, no qual ser eu mesma não seria um fardo, e eu não me sentiria mais sozinha.

O caminho da construção da minha identidade foi bastante solitário, e com pouca, ou quase nenhuma, referência na qual eu pudesse me enxergar e vislumbrar uma existência possível. A realização de quem eu sou veio ao conhecer Megg Rayara Gomes de Oliveira, em 2016, enquanto eu ainda era acadêmica do curso de Letras Inglês, na Unicentro. Megg havia sido convidada para participar do evento juntamente com Jaqueline Gomes de Jesus.

Naquele período, minha mente já reconhecia que os limites colocados em meu corpo e minha vida, pela cisgeneridade heterossexual, não eram mais suficientes para manter em silêncio o que gritava dentro de mim. A vida já era insustentável para mim se não fosse para vive-la da maneira mais honesta e justa possível comigo, sendo quem eu sou. Ver Megg fez tudo em mim ter sentido, pois eu já não estava mais sozinha. Existir no mundo se tornou possível.

Esse trabalho é, de alguma forma, uma tentativa de agradecer por todas as travestis e mulheres transexuais que vieram antes de mim, de não esquecer de todas aquelas que tiveram suas vidas interrompidas pelo ódio e pela intolerância, mas que nunca deixaram de ser honestas consigo mesmas, e de homenagear todas aquelas que eu tenho o prazer de conhecer,

Em meio as pesquisas e os estudos, pude acessar uma parte da história que não é contada, que é silenciada, escondida, pelo seu potencial transgressor. Essa história é a minha história. É a história de Megg. É a história das travestis e mulheres transexuais, negras, brancas, brasileiras, latinas, que no período que viveram, não aceitaram se apequenar para caberem nos limites que ousaram imporem a elas, e que em seus contextos, deixaram seu legado e sua força para suas irmãs, para seus pares. Nossa herança não é contada em moedas,

notas ou contas bancárias, mas está em nossos nomes, em nossos corpos, em nossa força coletiva, e principalmente, na nossa memória.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BARRETO, Marcelo Menna. Avanços, equívocos e retrocessos nas lutas identitárias. Extra Classe, 2021. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retrocessos-nas-lutas-identitarias/>>. Acesso em: 20/03/2023

BELUSI, Soraya. Memórias de um transexual bem sucedido. O Tempo, 2007. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/memorias-de-um-transexual-bem-sucedido-1.309545>>. Acesso em: 12/06/2022

BENEVIDES, Bruna. G., NOGUEIRA, Sayonara. Naider. BONFIM. (org.) Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRASIL. Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 abr. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.612, de 18/11/2011. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 21 nov. 2011, Seção 1, Edição 222, p. 67-68.

BRUNETTO, Dayana; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Gilda, a dona dos beijos da Boca Maldita pede passagem para as Travestis em Curitiba. 06.05.2022.. In: Geraldo B. Horn; Marli Barros Dias; Patrícia Vasconcelos Cavalcanti de Marotta.. (Org.). Desigualdade em foco: Curitiba.. 1ed. Curitiba: Platô Editorial, 2022, v. 1, p. 235-260.

CARVALHO, Ketryn. Morre Rudy Pinho, a “Maravilhosa”, e cabeleireira de famosas nos anos 1980 e 1990. Observatório G, 2021. Disponível em:

<<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-ruddy-pinho-a-maravilhosa-e-cabeleireira-de-famosas-nos-anos-1980-e-1990>>. Acesso em: 12/06/2022

COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*(online) v.31, n.1, p.99-127, 2016.

DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. *Revista do CEAM, Brasília*, v.5, n.1, p.110–124, jan/jul. 2019. Disponível em: <

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296/23162>>. Acesso em: 12/06/2022

FARIA, Alan de. Travesti foi 1ª rainha de bateria do Brasil: conheça Eloína dos Leopardos. *Universa Uol*: 2022. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/04/23/1-rainha-de-bateria-do-pais-foi-mulher-trans-conheca-eloina-dos-leopardos.htm>>. Acesso em: 12/06/2022

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. *Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 7, n. 12, p. 1- 22, 2020. Disponível em: <

<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520/12588>>. Acesso em: 12/06/2022

FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata a Judith Bulter. *Periódicos*, vol. 1, no 3, Salvador, 2015, pp.152-169.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 250-260, jun. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/29703>>. Acesso em: 12/06/2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

NASCIMENTO, Cláudio. CAETANO, Márcio. *Jovanna Baby: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil*.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. 1. ed. São Paulo: Jaidaira, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. *Caderno Espaço Feminino*, 36(1), 157–178. 2023. Disponível em:

<<https://doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-9>>.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. *In.* \_\_\_\_\_. Nem ao Centro nem à margem: Corpos que escapam as normas de raça e de gênero. 1.ed. Salvador: Devires, 2020b

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichas pretas na educação!. *In.* \_\_\_\_\_. Nem ao Centro nem à margem: Corpos que escapam as normas de raça e de gênero. 1.ed. Salvador: Devires, 2020c

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Nem ao centro, nem à margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira. *In.* \_\_\_\_\_. Nem ao Centro nem à margem: Corpos que escapam as normas de raça e de gênero. 1.ed. Salvador: Devires, 2020d

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *In.* \_\_\_\_\_. Nem ao Centro nem à margem: Corpos que escapam as normas de raça e de gênero. 1.ed. Salvador: Devires, 2020a

QUEBRADA, Linn da. Amor amor. São Paulo: Brocal. Disponível em: <<https://youtu.be/POBIyOZKAwA>>. Acesso em 12/06/2022

QUEBRADA, Linn da. Quem soul eu. São Paulo: Brocal. Disponível em: <<https://youtu.be/7P2dd1ZCZEM>>. Acesso em 12/06/2022

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Descolonizar a sexualidade: Teoria queer of Colour e trânsitos para o Sul*. Cadernos Pagu, n. 53, 2018.

RESTREPO, Eduardo.; ROJAS, Axel. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010. ISBN 958-732-067-1.

RIBEIRO, Ana. Conheça a primeira rainha de bateria do carnaval brasileiro. Harper's Bazaar Brasil, 2018. Disponível em: <<https://harpersbazaar.uol.com.br/estilo-de-vida/conheca-a-primeira-rainha-de-bateria-do-carnaval-brasileiro/>>. Acesso em: 12/06/2022

SANTOS, Maria Heloisa Lima dos. A representação da mulher negra no trabalho doméstico. In: XIII Encontro Estadual de História, 2020, Pernambuco. Anais, Pernambuco: CBL - Câmara Brasileira do Livro, 2020.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. Currículo sem fronteiras, [s. l.], v. 12, ed. 1, p. 110-129, 2012.

SIMPSON, Keila. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/historia/>>. Acesso em: 12/06/2022

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2016.

WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.